

TELEBRÁS

*Relatório
Anual*

1991

ÍNDICE

Mensagem da Administração.....	04
As Telecomunicações.....	06
• No Mundo	
• No Brasil	
• O Sistema TELEBRÁS	
Realizações de 1991.....	09
• Planta	
• Serviços	
• Investimentos	
• Tecnologia	
• Recursos Humanos	
• Recursos Financeiros	
Perspectivas.....	21

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

O SISTEMA TELEBRÁS, contrariando as expectativas mais pessimistas, alcançou resultados notáveis durante o exercício de 1991.

Norteados por um plano integrado entre os diversos setores responsáveis pela operação, expansão e administração do Sistema, foi possível a retomada do crescimento da planta e a melhoria do atendimento dos nossos usuários. O compromisso de dotar o país de uma infra-estrutura de telecomunicações compatível com as necessidades de um país moderno é o nosso permanente desafio.

Mesmo enfrentando as dificuldades conjunturais de 1991, foi alcançado um crescimento de tráfego superior a 11% nas chamadas locais e 18% nas chamadas interurbanas. Paralelamente, a qualidade do serviço apresentou significativa melhora e, para citar apenas um exemplo, a taxa de congestionamento que atingiu a média de 25,9% em 1990 diminuiu para 17,6% em DEZ/91. Para suportar o expressivo crescimento do tráfego, e a sensível melhora na qualidade, foram investidos na planta de telecomunicações Cr\$ 1,13 trilhões, equivalentes a US\$ 2,31 bilhões o que representa um valor cerca de 11% superior ao investimento de 1990.

O esforço realizado resultou na ativação de 619 mil novos terminais telefônicos que, além de se constituir no maior ganho de toda a história do Sistema TELEBRÁS, permitiu uma importante redução dos planos de expansão não atendidos no prazo limite de 24 meses.

Visando o constante aprimoramento qualitativo e quantitativo dos serviços prestados, o Sistema TELEBRÁS, acompanhando a rápida evolução tecnológica em telecomunicações no mundo, vem incorporando à sua planta e aos serviços as mais recentes conquistas. Em 1991, foi implantado o Sistema de Telefonia Móvel Celular no Distrito Federal que, juntamente com o Sistema do Rio de Janeiro, vem servindo aos usuários com níveis de desempenho similares existentes nos países desenvolvidos. No que se refere à infra-estrutura básica, merece destaque a ativação do entroncamento Campinas-São Paulo com cabos de fibras óticas e a contratação do sistema ótico para o entroncamento Rio-São Paulo, que prevê a implantação de 880 km de cabos perfazendo um total de 26.400 km de fibras.

Essa obra, além de suportar o crescimento do tráfego entre as duas capitais, é o primeiro passo do projeto que prevê a interligação das maiores cidades brasileiras através de um anel ótico. Além do aumento da capacidade prevê-se,

com a utilização da transmissão ótica, uma melhoria da qualidade e redução nos custos de operação e manutenção do sistema.

Essa tecnologia também será implantada na telefonia internacional, tendo sido contratado o lançamento do cabo ótico submarino Américas I, que ligará o Brasil ao norte da América do Sul, Caribe e Estados Unidos. Buscando a integração cada vez maior do país, teve prosseguimento a execução do projeto para construção e lançamento de dois satélites da segunda geração do Sistema Brasileiro de Telecomunicações por Satélite (SBTS).

Essas realizações ganham dimensões ainda maiores se considerado o cenário econômico de 1991 que se caracterizou por uma forte ação do governo para reorganizar a economia do País e combater a inflação, o que afetou o desempenho das empresas de forma geral e particularmente as estatais. Dentro desse quadro, o Sistema TELEBRÁS buscou, com esforço e criatividade, alternativas para crescimento que não viessem a agravar a situação econômico-financeira das Empresas, garantindo o pleno atendimento da sociedade. Respalda na nova imagem de credibilidade do País no exterior e do seu excelente conceito o Sistema TELEBRÁS iniciou a captação de recursos externos tendo alcançado, em duas emissões de títulos de renda, o ingresso de US\$ 300 milhões.

Adicionalmente, conseguiu-se uma otimização dos recursos existentes o que permitiu ganhos significativos de produtividade, a exemplo do melhor aproveitamento do quadro de pessoal que teve uma redução de quase 4 mil empregados no ano.

Como resultado dessas ações, além do melhor atendimento da sociedade, o Sistema TELEBRÁS, em 1991, tomou medidas inéditas para o seu saneamento econômico-financeiro e administrativo tais como:

- drástica redução da quantidade de planos de expansão (PEX) comercializados e não entregues no prazo de 24 meses;
- significativa melhora da qualidade dos serviços prestados;
- quitação dos débitos vencidos com fornecedores;
- negociação antecipada da data-base com assinatura de acordo sem movimentos grevistas;
- negociação de passivos trabalhistas.

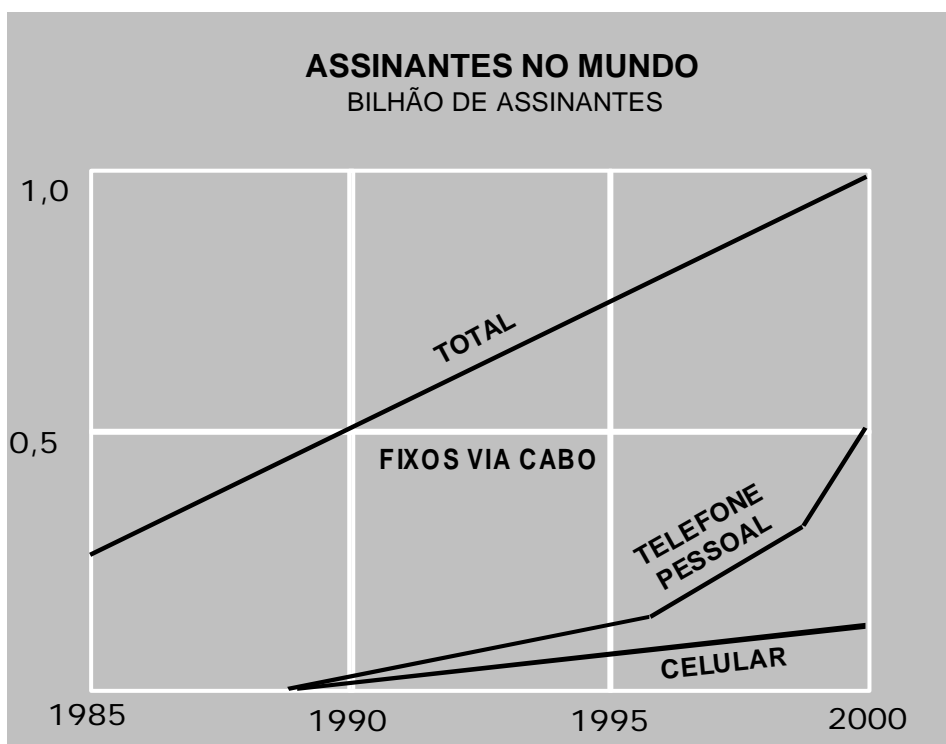
O melhor exemplo do reconhecimento das medidas e resultados pelos diversos segmentos da sociedade foi o aumento da credibilidade da TELEBRÁS, cujas ações tem sido, de longe, as mais negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo e Rio de Janeiro. Finalizando, a Diretoria da TELEBRÁS agradece aos empregados, fornecedores e autoridades dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo, particularmente ao Ministério da Infa-Estrutura e ao público em geral, parceiros imprescindíveis para as conquistas do Sistema TELEBRÁS rumo à modernização e expansão dos serviços de telecomunicações no País.

AS TELECOMUNICAÇÕES

NO MUNDO

O setor de telecomunicações é o que apresenta os maiores índices de crescimento dentre os diversos segmentos econômicos. A rápida evolução tecnológica e a crescente demanda por serviços de complexidade cada vez maior tornam inimagináveis as transformações que deverão se processar nas telecomunicações na presente década. A rede mundial de telecomunicações já é hoje a maior máquina construída pelo ser humano, interligando mais de meio bilhão de pessoas. As previsões para o ano 2000 indicam que 1 bilhão de pessoas estarão ligadas a essa fantástica rede que possibilita a comunicação instantânea entre os mais diversos pontos do planeta.

Para que essa evolução se processe na velocidade demandada pela sociedade, profundas alterações estão sendo exigidas nas entidades prestadoras dos serviços de telecomunicações. O modelo monopolista, na maioria das vezes estatal, tende a dar lugar a um novo modelo baseado na competição e na internacionalização dos serviços. As fronteiras políticas entre as nações não mais deverão cercear as telecomunicações e o monopólio se estabelecerá unicamente pela competência daqueles que prestarem os melhores serviços.



NO BRASIL

A internacionalização da prestação dos serviços de telecomunicações, iniciada nos países desenvolvidos vem, rapidamente, atingindo as nações em desenvolvimento. México e Argentina são os exemplos latinoamericanos desse processo.

No Brasil, fortes pressões tem sido feitas no sentido da abertura do setor à iniciativa privada e à competição. O primeiro passo nesse sentido foi dado com a destinação, nos serviços de telefonia móvel celular, de uma faixa de frequências (faixa “B”) para exploração pela iniciativa privada, em concorrência com as Empresas do Sistema TELEBRÁS que atuarão na faixa “A”. Futuramente, outros serviços poderão sofrer processo semelhante de desregulamentação.

Ainda com o objetivo de oferecer alternativas à crescente demanda, os serviços de transmissão de dados, antes prestados somente pela EMBRATEL, são hoje oferecidos pelas demais empresas do Sistema TELEBRÁS, expandindo-se a oferta e a prestação dos serviços. Com essas medidas, inicia-se uma nova etapa do Sistema TELEBRÁS cuja tônica é a busca incessante da competência na prestação dos serviços que resultem no maior e melhor atendimento das necessidades dos clientes e anseios da sociedade.

O SISTEMA TELEBRÁS

Constituído por 28 empresas operadoras, sendo 27 com atuação nos Estados, uma responsável pelos serviços internacionais e nacionais de longa distância e uma “holding”, o Sistema TELEBRÁS é responsável por mais de 90% dos serviços de telecomunicações do País. Sua constituição data de 1972 quando se iniciou o processo de integração das empresas prestadoras de serviços de telefonia, que totalizavam mais de 900 na época. O trabalho desenvolvido desde então, concentrado na expansão da rede, objetivou atendimento de todas as regiões do Brasil com um moderno e integrado Sistema de Telecomunicações. Além da ampliação e modernização dos serviços, foram notáveis os esforços para a capacitação dos Recursos Humanos e para o domínio da tecnologia utilizada na prestação dos serviços. O Centro de Pesquisa e Desenvolvimento da TELEBRÁS, o maior e mais moderno do gênero na América Latina, é fruto desse esforço e os projetos ali desenvolvidos são comparáveis àqueles desenvolvidos nos melhores centros de países de primeiro mundo.

EVOLUÇÃO DAS TELECOMUNICAÇÕES NO STB E BRASIL – (1972-1991)

INDICADOR	UNIDADE		1972	1975	1979	1982	1985	1988	1991
INVESTIMENTO	US\$ MILHÕES	STB		1.219,5	1.454,1	1.523,3	918,3	1.977,0	2.311,0
TERMINAIS INSTALADOS	TERMINAL	STB	1.424.247	2.214.439	4.688.286	5.778.194	6.968.316	8.234.751	9.782.794
		BRASIL	1.902.977	2.579.804	5.097.866	6.424.815	7.685.679	9.081.649	10.780.512
TERMINAIS EM SERVIÇO	TERMINAL	STB	1.238.512	1.846.790	3.922.157	5.301.389	6.550.375	7.584.111	9.154.605
		BRASIL	1.679.641	2.201.242	4.290.073	5.822.397	7.201.516	8.353.834	10.075.924
LOCALIDADES ATENDIDAS	LOCALIDADE	STB	2.196	2.692	3.336	6.119	8.508	11.908	14.458
		BRASIL	-	2.984	3.642	6.862	9.387	13.264	15.922
TRÁFEGO LOCAL	BILHÕES DE PULSOS	STB	2,82	4,53	12,65	20,55	28,05	35,12	46,61
		BRASIL	-	-	15,05	26,65	30,56	37,75	50,44
TRÁFEGO INTERURBANO	MILHÕES DE CHAMADAS	STB	124,9	248,3	482,4	781,3	1.205,5	1.815,4	2.948,7
		BRASIL	-	-	659,0	859,7	1.327,3	2.070,9	3.266,8
TRÁFEGO INTERNACIONAL	MILHÕES DE CHAMADAS	STB	0,5	1,3	4,5	6,9	10,4	19,9	37,2
TRÁFEGO TELEX NACIONAL	MILHÕES DE MINUTOS	STB	-	48,1	126,4	247,7	397,0	543,2	629,8
TRÁFEGO TELEX INTERNACIONAL	MILHÕES DE MINUTOS	STB	3,5	7,5	12,9	16,2	18,8	18,3	8,6
TELEFONE DE USO PÚBLICO	TELEFONE	STB	10.282	18.314	42.715	63.880	98.523	200.355	236.429
		BRASIL	11.006	20.245	46.221	69.767	107.112	211.496	251.334
ENTIDADES TELEFÔNICAS	ENTIDADES	STB	8	183	38	46	32	31	29
		BRASIL	927	862	380	193	133	41	34
PESSOAL EMPREGADO	EMPREGADOS	STB	-	70.000	88.700	93.595	97.737	97.989	89.088
		BRASIL	51.500	83.130	99.013	104.694	108.556	108.638	98.404
EMPREGADO P/1000t	EMP/1000t	STB	-	31,6	18,9	16,2	14,0	11,9	9,1
		BRASIL	27,1	32,2	19,4	16,3	14,1	11,9	9,1

REALIZAÇÕES DE 1991

O ano de 1991 foi marcado por profundas alterações nos cenários político e econômico, por força dos ajustamentos iniciados com o governo Collor no princípio de 1990.

Nesse contexto e comprometido com o trabalho do governo para professar as alterações necessárias ao direcionamento do País para a modernidade, o Sistema TELEBRÁS empenhou seus esforços no sentido de prover a sociedade dos serviços de telecomunicações necessários ao seu pleno desenvolvimento. Enfrentando as dificuldades normais de um período de transição, as realizações do Sistema TELEBRÁS em 1991 foram bastante significativas.

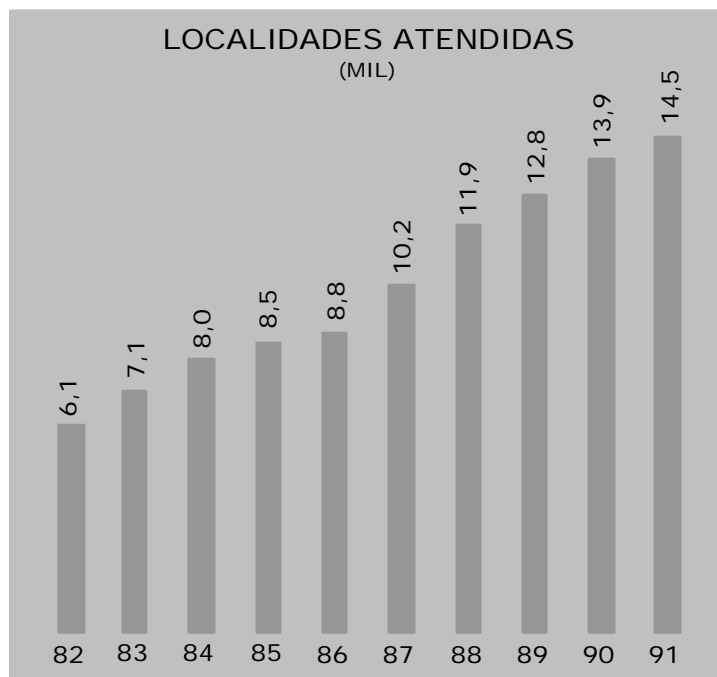
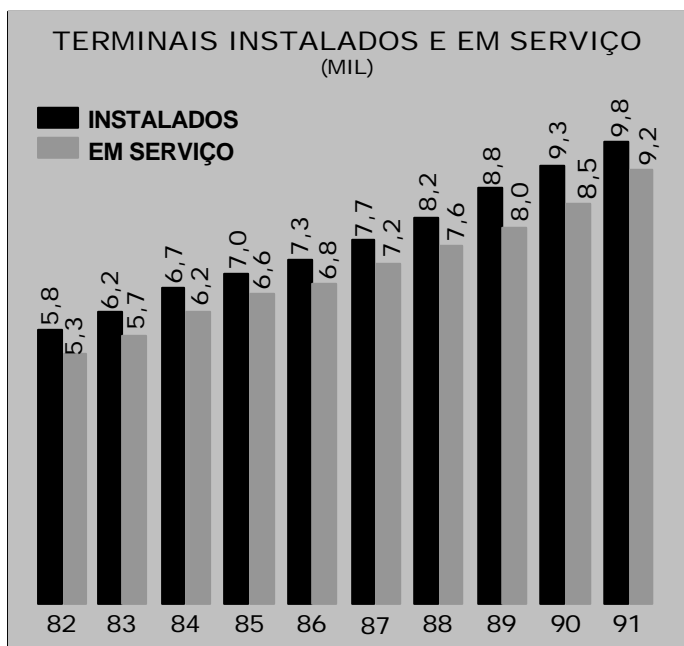
operava 9.783 mil terminais.

A ativação de terminais foi mais expressiva, atingindo 619 mil terminais, constituindo-se no maior ganho de toda a história da TELEBRÁS. Esse esforço na expansão da planta, além de atender novos assinantes, objetivou a diminuição da quantidade de Planos de Expansão (PEX) comercializados há mais de 24 meses.

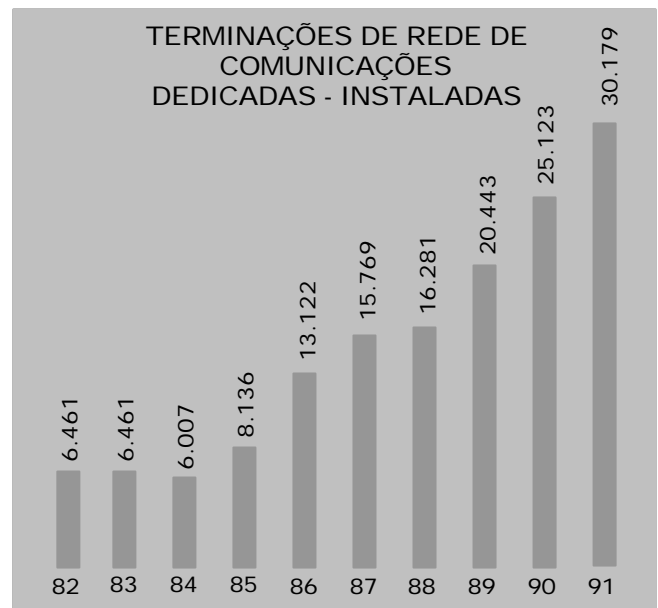
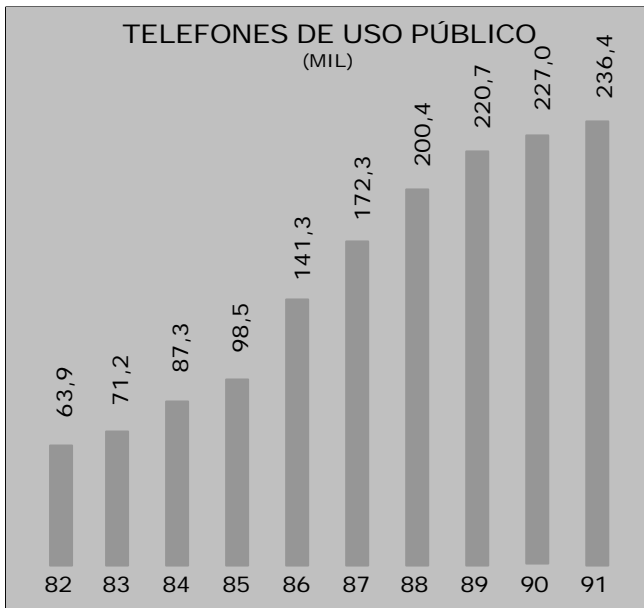
Cumprindo o papel de promotor da integração do País, 658 novas localidades foram atendidas pelo Sistema TELEBRÁS que leva, assim, os benefícios do serviço telefônico a um número cada vez maior de brasileiros espalhados pelos mais ermos locais do território nacional.

PLANTA

A planta instalada apresentou um crescimento de 474 mil terminais e, em 31 de dezembro de 1991, o Sistema TELEBRÁS



Atendendo as necessidades de comunicação da população, e em especial da população de baixa renda, foram instalados 9.383 telefones de uso público.



Além das expansões realizadas na planta telefônica, o Sistema TELEBRÁS não se descuidou da ampliação e modernização das redes de serviços de comunicação de dados, tendo sido ativadas, no período, 5.296 portas da Rede Nacional Comunicações de Dados Comutada por Pacote-RENPAQ e 5.056 terminações da Rede de Comunicação de Dados por Linha Dedicada-TRANSDATA.

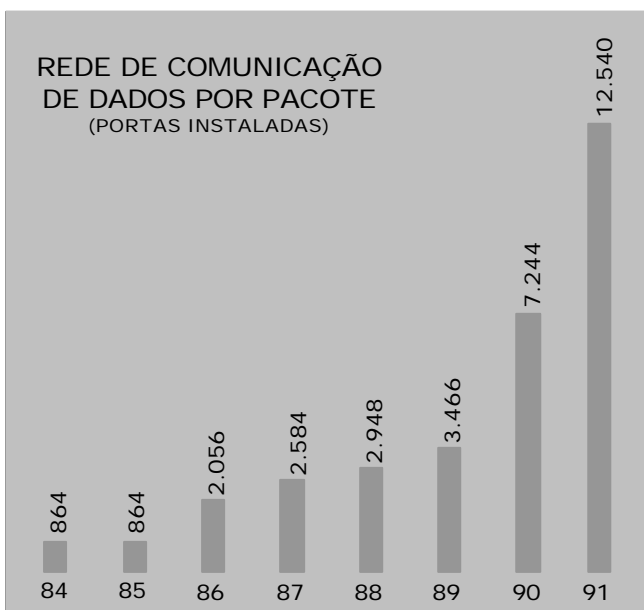
Na área de comunicação de textos, destaca-se o crescimento do serviço STM-400, que cresceu 42% em relação ao ano anterior, passando de 4.193 caixas postais em 1990 para 5.954 em 1991.

Merece destaque, a implantação do Sistema Móvel Celular no Distrito Federal que, juntamente com o Sistema do Rio de Janeiro, vem introduzindo o assinante brasileiro no moderno conceito de mobilidade plena que deverá ser uma das características mais importantes na prestação de serviços de telecomunicações em todo o mundo neste final de século.

Em 1991 foi ativado o entroncamento ótico entre Campinas e São Paulo e deu-se início ao projeto de interligação Rio-São Paulo, também através de cabos óticos, fase inicial da implantação do anel que deverá ligar as principais cidades das regiões Sul e Sudeste do País.

Com vistas ao escoamento de tráfego internacional, foi iniciado o projeto de lançamento do primeiro cabo ótico submarino que deverá interligar o Brasil ao Norte da América do Sul, Bahamas e Estados Unidos.

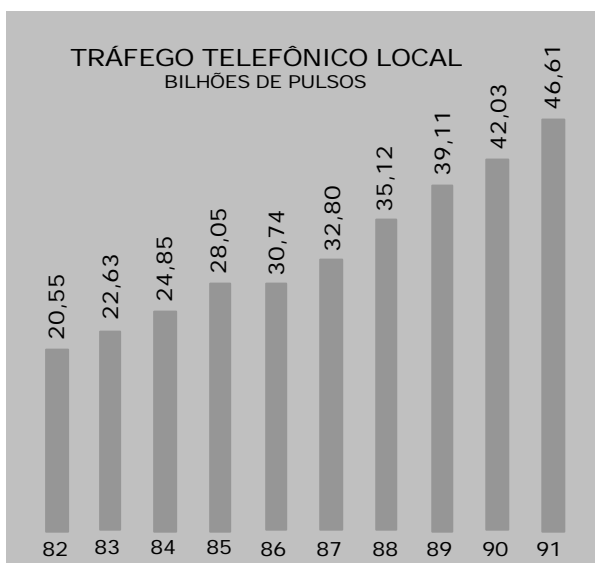
Dentro do programa Satélites (SBTS-Sistema Brasileiro de Telecomunicações por



Satélite) tiveram prosseguimento os trabalhos de lançamento do Satélite Brasileiro de 2a. Geração BRASILSAT II.

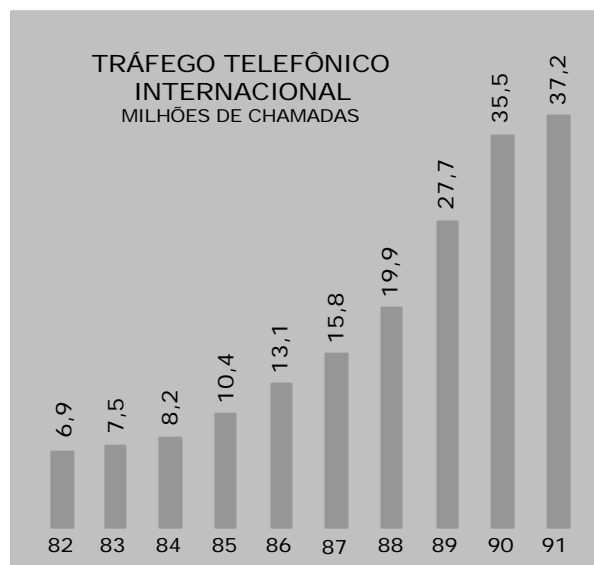
SERVIÇOS

Confirmando a demanda crescente da sociedade pelos serviços de telecomunicações, o tráfego telefônico local apresentou um crescimento de 8,6% e o tráfego interurbano de 14,5%.

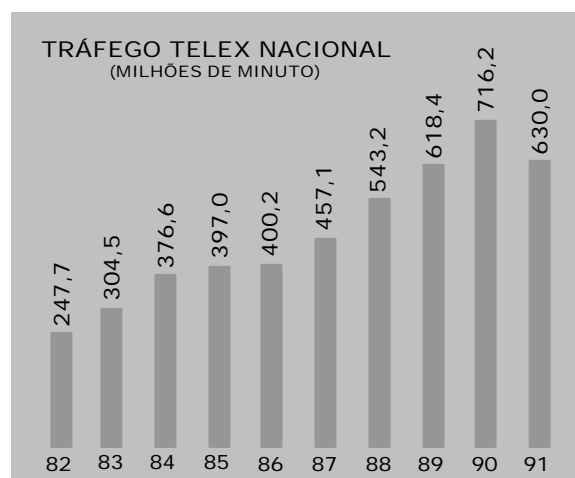
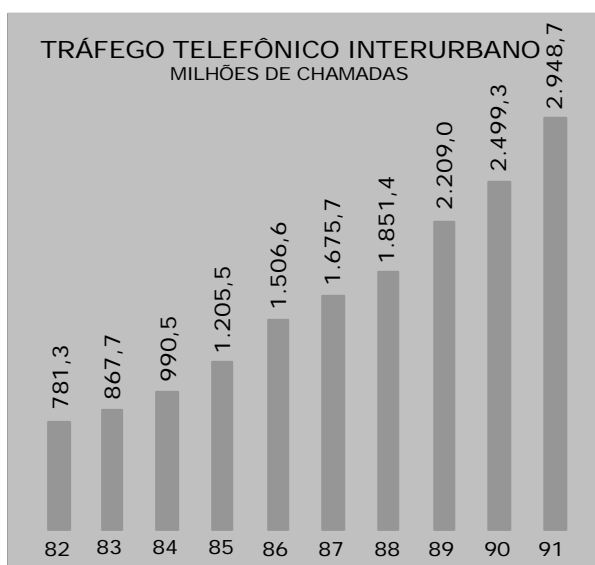


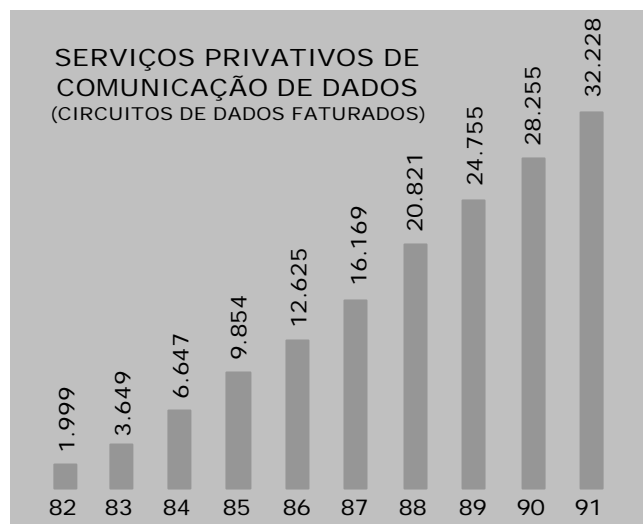
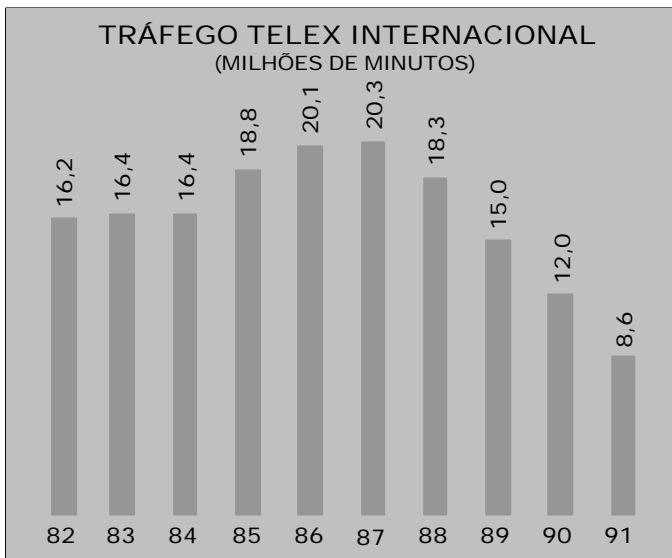
Ampliando o número de Países com os quais o Brasil está ligado através do serviço Discagem Direta Internacional – DDI, ao final de 1991, alcançamos acesso direto a 161 países.

No âmbito interno, com a inclusão de 245 novas localidades, 3.092 localidades brasileiras estavam aptas a utilizarem o serviço DDI. internacionais atingiram 163,5 milhões, representando um acréscimo de 11,5% em relação a 1990.



Os Serviços TELEX no Brasil, como consequência do grande crescimento dos serviços de Comunicação de Dados, experimentou uma redução no tráfego, a exemplo do que ocorreu em todo o mundo.



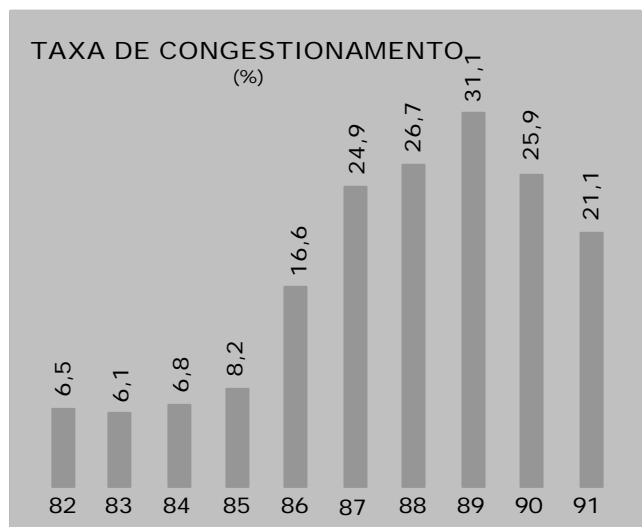
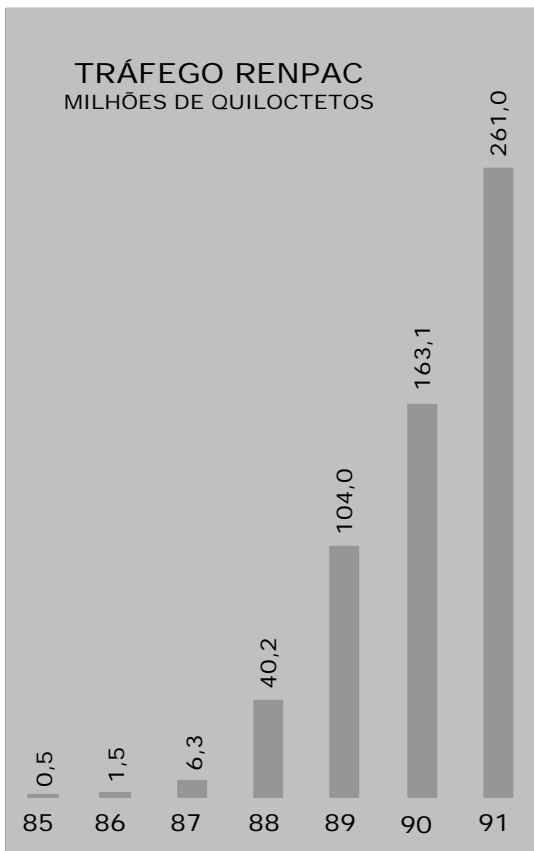


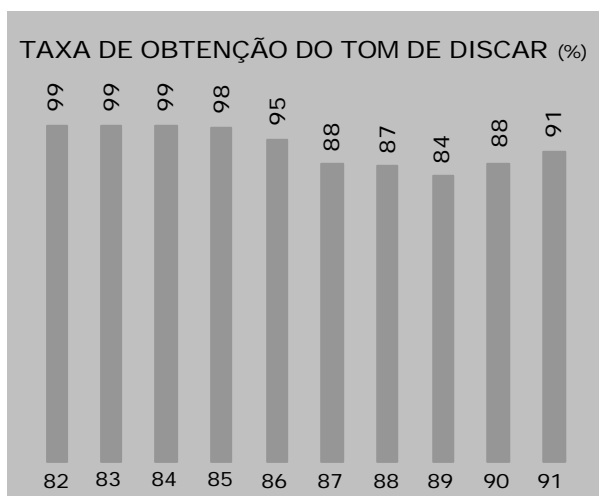
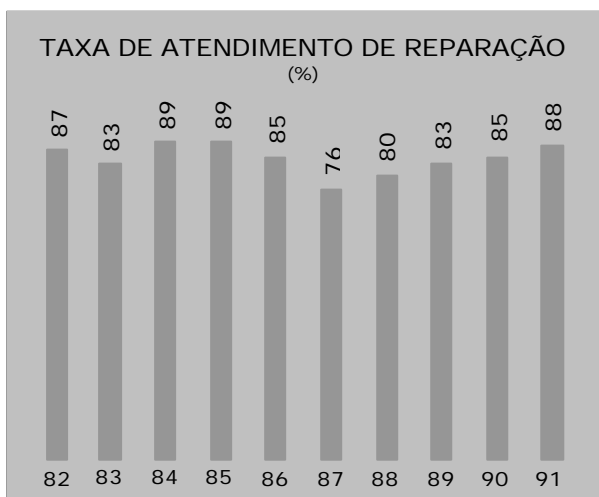
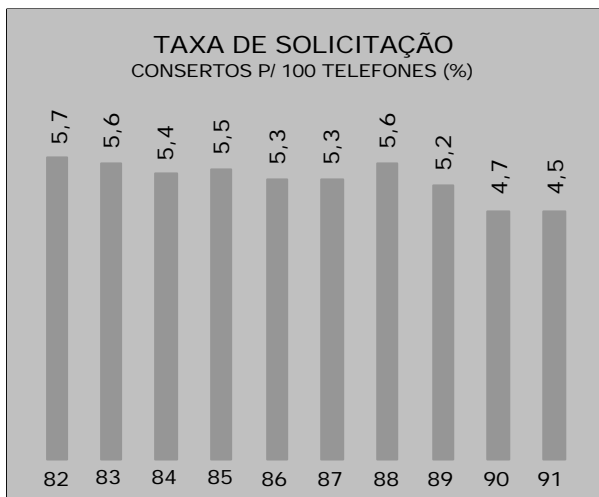
Os Serviços de Comunicação de Dados foram os que mais cresceram demonstrando a forte demanda do mercado por serviços mais avançados, de maior confiabilidade, e, em especial, de melhor relação custo x benefício.

QUALIDADE

Graças a permanente preocupação com os serviços prestados, os indicadores de qualidade, não obstante ao aumento do tráfego, apresentaram sensível melhora.

A taxa de chamadas completadas subiu de 40,6% em 1990 para 43,5% em 1991 enquanto a taxa de congestionamento apresentou um decréscimo de 25,9% para 21,1% no mesmo período.





Os índices de Desempenho do Sistema Telefônico, que reflete de forma global a qualidade do serviço telefônico, por agregar diversos indicadores, evoluiu de 3,1 em 1990 para 4,0 em 1991 considerando-se os valores médios do ano, passando para 2,9 e 4,0, respectivamente, se considerados os últimos valores de cada ano, apresentando uma evolução mais expressiva.

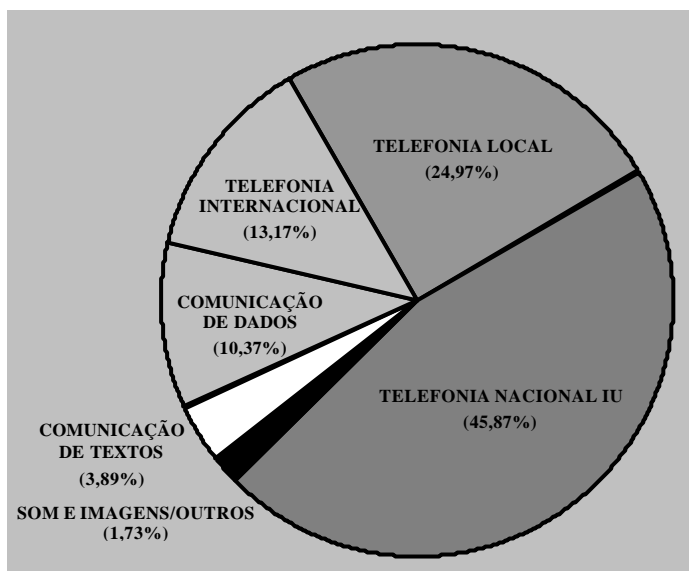
As ações que vêm sendo desenvolvidas pela TELEBRÁS dentro do escôpo do Programa Brasileiro da Qualidade e Produtividade – PBQP, durante o governo COLLOR, incluem:

- criação do Comitê da Qualidade e Produtividade TELEBRÁS;
- participação da TELEBRÁS no Subcomitê Setorial de Telecomunicações do PBQP;
- assinatura do acordo de Pesquisa Multicliente CB-25, com participação no Comitê Brasileiro da Qualidade, doravante denominado CB-25;
- execução, por várias empresas do STB de projetos visando a melhoria da Qualidade e Produtividade;
- participação da TELEBRÁS nos grupos de trabalho do PBQP, como por exemplo:
 - Projeto 05/03/001 – Sistema Nacional de Catalogação de Materiais e Serviços
 - Projeto 05/03/002 – Divulgação das projeções de Demanda
 - Projeto 05/03/004 – Adequação dos procedimentos de compra estatal para o incentivo da Qualidade e Produtividade

RECEITAS DOS SERVIÇOS

Em 1991, os serviços prestados pelas empresas do Sistema TELEBRÁS geraram uma receita de exploração de US\$ 4,75 bilhões.

A composição dos diversos serviços na formação da Receita de Exploração é mostrada a seguir:



Para que esses resultados pudessem ser alcançados, o Sistema TELEBRÁS realizou significativos investimentos na ampliação e modernização de sua rede de telecomunicações.

INVESTIMENTOS

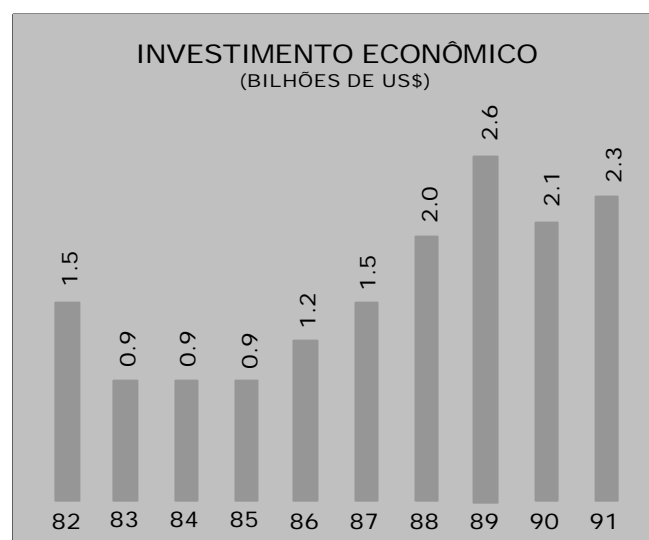
A política de ajuste econômico do governo federal afetou duramente as Empresas Estatais, cujas tarifas, até o início do último trimestre do ano, tiveram reajustes muito abaixo da inflação. Como resultado, a par do crescimento real do tráfego, a Receita de Exploração do Sistema TELEBRÁS sofreu acentuada queda em valores reais, se comparada ao exercício de 1990.

Buscando ajustar-se a essas dificuldades, um intenso trabalho de otimização dos recursos e contenção de gastos foi realizado ao longo do ano o que resultou, dadas as condições adversas, um excelente desempenho econômico financeiro.

Nesse trabalho, merece destaque a reformulação da estrutura de fontes de financiamento dos investimentos. Buscou-se substituir os empréstimos mais onerosos por fontes de menor custo e com prazo de resgate mais adequado ao prazo de maturação dos projetos. Nesse sentido, a TELEBRÁS lançou, pela primeira vez, títulos de renda no exterior (EUROBONDS) no valor total de US\$ 300 milhões cuja

aceitação pelo mercado foi excepcional. Essas ações permitiram o aumento da credibilidade do Sistema TELEBRÁS no mercado interno e externo o que deverá garantir novas fontes, seja na forma de capitais de empréstimos ou de risco.

O volume de investimentos de 1991 atingiu US\$ 2,3 bilhões, representando um crescimento de cerca de 11% em relação a 1990. Além da aplicação na rede básica, esse valor permitiu a contratação de 627 mil terminais, incluindo 29 mil terminais móveis. Esses terminais, acrescidos aos em andamento atualmente, deverão suportar a expansão prevista para 1992.



TECNOLOGIA

Buscando a constante capacitação tecnológica, as atividades de Pesquisa e Desenvolvimento, concentradas no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Campinas, sofreram as transformações necessárias ao seu engajamento no novo modelo industrial propugnado a partir do governo Collor.

Com isso, o enfoque dos projetos centrados no desenvolvimento de equipamentos e produtos para transferência às indústrias do setor vem dando lugar a projetos cujos resultados tecnológicos sejam transferíveis diretamente às Empresas do Sistema TELEBRÁS.

Essa nova postura exige um enfoque sistêmico de Pesquisa e Desenvolvimento, a partir de uma melhor visão em termos de evolução dos sistemas e das redes de telecomunicações.

Com a nova forma de atuação, o Centro de Pesquisa da TELEBRÁS se coloca estrategicamente como um centro supridor das necessidades das Empresas do Sistema TELEBRÁS, como parceiro da indústria no desenvolvimento de produtos de telecomunicações e como centro de excelência em tecnologias básicas consideradas estratégicas para o setor de telecomunicações.

Dentre as diversas realizações do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento citamos as seguintes:

- Inauguração da Central TRÓPICO RA, na estação de Samambaia, em Brasília.
- Início da criação da Biblioteca de Células, destinada à confecção de circuitos integrados utilizáveis em diversas aplicações.
- Transferência da tecnologia do TP-Cartão a ser lançado na Conferência Mundial das nações Unidas para a Preservação da Natureza (ECO 92).
- Conclusão do Projeto de Desenvolvimento do LASER-LED e Receptor Ótico em 1.3 mm.
- Início do processo de transferência de tecnologia das fibras óticas monomodo 1.550 mm.

RECURSOS HUMANOS

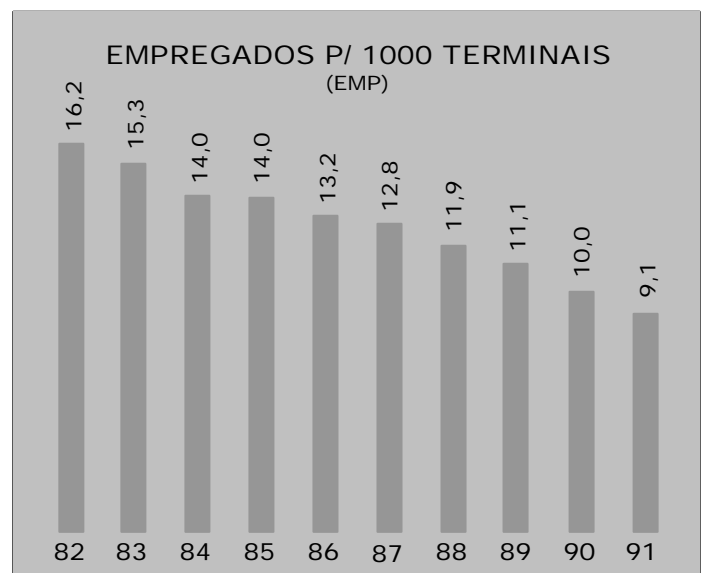
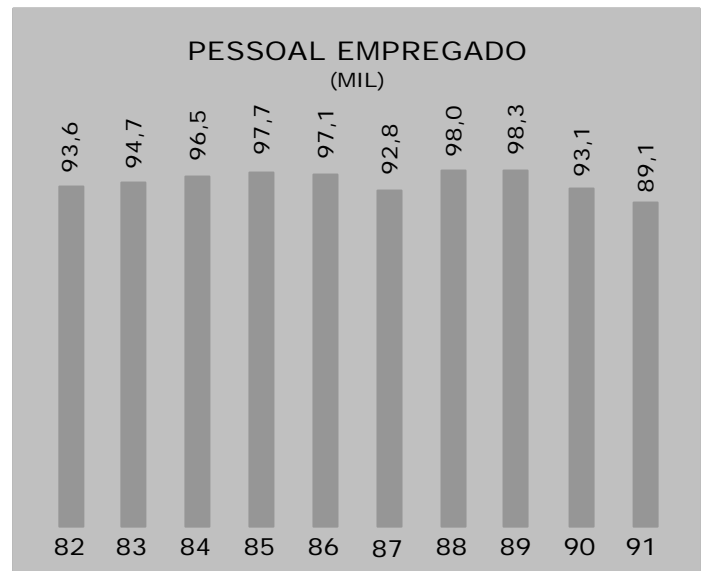
a ATUAÇÃO DO Sistema TELEBRÁS, na área de Recursos Humanos, em 1991, foi caracterizada, mais uma vez, pela continuidade do ajustamento de suas ações à filosofia de austeridade do Governo Federal, com ênfase no programa de reforma administrativa, e redução significativa do quadro de pessoal próprio.

Como resultado dessa política de diminuição do quadro e aumento da produtividade, foram observados os seguintes reflexos em 1991, comparativamente a 1990:

- Redução do quadro em 3.999 empregados, correspondentes a 4,3% ao

efetivo de 1990;

- cada empregado operou 12,1 terminais a mais;
- melhoria do indicador empregados/1000 terminais que passou de 9.99 para 9.10;
- completamento de 6.232 chamadas interurbanas adicionais por empregado contra 5.054 do ano anterior.



Na área de relações do trabalho, em 1991, fortes pressões internas foram enfrentadas, como resultado da perda do poder aquisitivo dos salários.

O clima interno exigiu atuação preventiva da área de Recursos Humanos, tanto na liberação de antecipações salariais quanto na busca de solução para as pendências trabalhistas referentes aos efeitos financeiros do Plano Bresser (Julho de 1987) e do Plano Verão (fevereiro de 1989). As negociações visando o estabelecimento do acordo coletivo de trabalho 91/92 concluídas em tempo hábil, contemplando, na maioria das empresas, o pagamento das pendências trabalhistas já citadas, realçaram a nova postura da TELEBRÁS na condução das relações trabalhistas com as Federações representantes dos empregados, que resultou na aprovação de termos abrangentes, condizentes com as reivindicações apresentadas e com a realidade do Sistema TELEBRÁS, sem ocorrência de protestos ou movimentos grevistas.

Maior patrimônio do Sistema TELEBRÁS, o corpo técnico vem merecendo, ao longo da existência do Sistema, toda atenção da área de Recursos Humanos para sua constante capacitação e aprimoramento.

A ênfase de 1991 foi a concentração do esforço da capacitação das áreas técnico-operacionais buscando resgatar a qualidade dos serviços e atender de maneira mais eficaz os usuários. Atuando num segmento de rápidas transformações intensificou-se o intercâmbio com os países desenvolvidos, tanto através do envio de técnicos ao exterior como patrocinando a vinda de especialistas e consultores estrangeiros.

RECURSOS FINANCEIROS

Os resultados de 1991, bem como os Balanços Patrimoniais de 1990/91 estão afetados pela correção especial retroativa a 1979 e pela correção da defasagem entre o IPC e a BTNF em 1990. Por este motivo, os valores de cada ano absorvem diferentemente esta nova tradução monetária. A lucratividade Operacional em 1991 foi bem menor que em 1990 motivada basicamente pelo expressivo crescimento do volume das depreciações e amortizações que passaram a incidir sobre uma base maior. As demais despesas de exploração, mesmo considerando as perdas tarifárias ocorridas, situaram-se nos mesmos níveis de 1990, o que reflete uma forte contenção nos custos dos serviços. O volume de despesas financeiras situa-se no mesmo patamar de 1990, observando-se que no exercício, houve a opção de se utilizar recursos de empréstimos e financiamentos em maior volume, reduzindo-se assim o volume de recursos obtidos junto aos fornecedores de bens e serviços.

As fontes de recursos próprios para investimentos representaram 83% do total dos desembolsos do período e os recursos de terceiros foram utilizados na proporção de 20% no financiamento da expansão. Observa-se que ao final de 1991, a taxa de bens em andamento (24%) é menor que a de 1990 (28%) o que reflete um esforço em concluir os projetos em execução antes de dar início a novos projetos de expansão.

A Demonstração do Valor Adicionado a seguir, está apresentada de forma comparativa com 1990. Assim pode-se verificar o comportamento dos itens mais expressivos das destinações no exercício.

CORREÇÃO INTEGRAL – PREÇOS DE 31/12/91

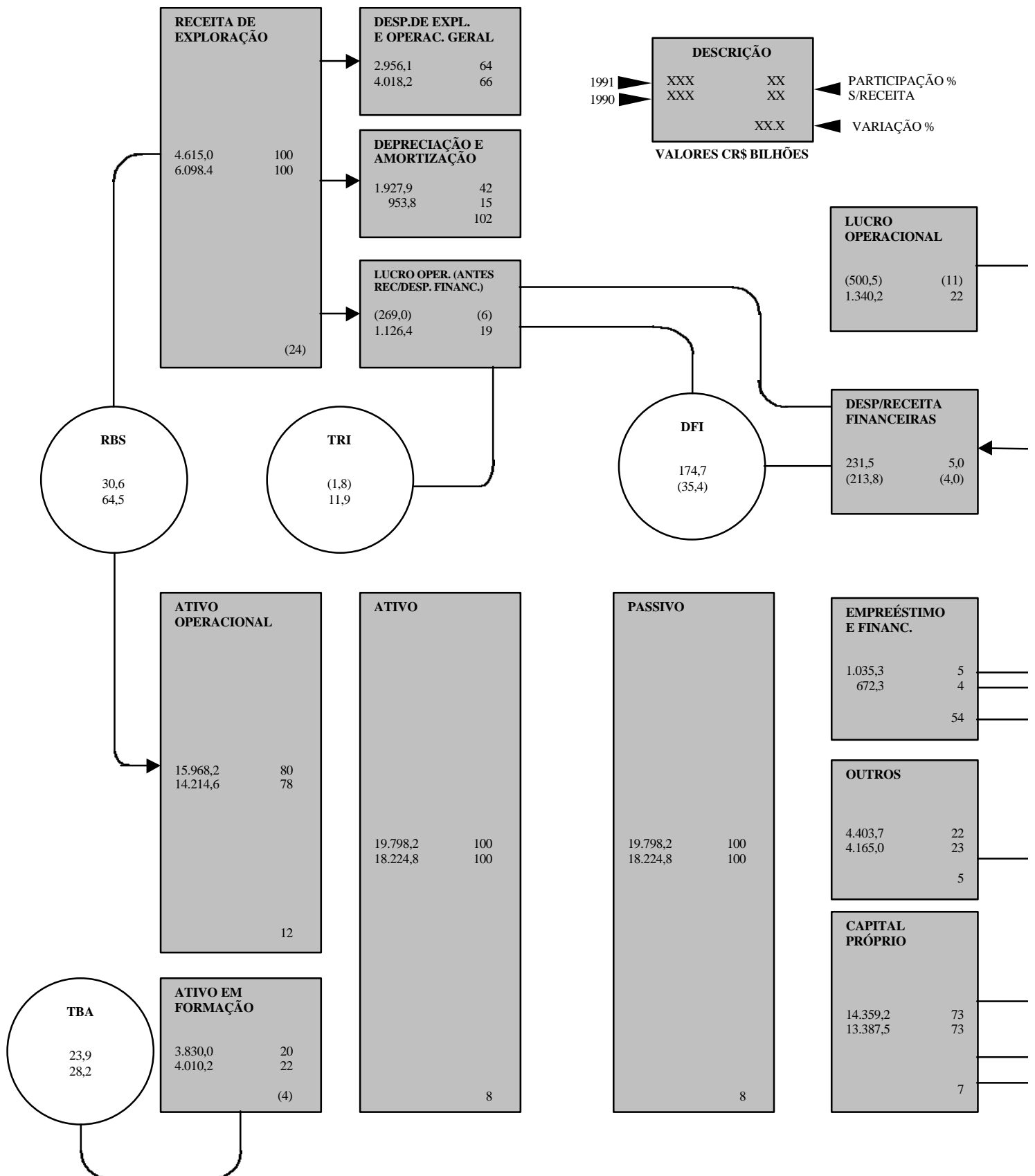
CR\$ MILHÕES

DISCRIMINAÇÃO	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	1991		1990		1991		1990	
	COM REFLEXOS DA LEI 8.200/91	%	VALOR	%	COM REFLEXOS DA LEI 8.200/91	%	VALOR	%
01 Receitas	334.838	131,1	1.614.361	111,5	4.959.644	119,1	6.787.699	126,2
02 Materiais, Serviços de Terceiros e Outros	79.435	11,5	166.647	11,5	794.169	19,1	1.408.630	26,2
03 Valor Adicionado	255.403	100,0	1.447.714	100,0	4.165.475	100,0	5.379.069	100,0
04 Salários e Encargos	38.359	15,1	70.608	4,9	947.320	22,7	1.349.955	25,1
05 Contingências Trabalhistas	23.284	9,1	-	-	416.112	10,0	17.290	0,3
06 Governo (Impostos)	3.651	1,4	7.370	0,5	776.977	18,7	1.882.695	35,0
07 Rentistas	35.070	13,7	28.907	2,0	276.786	6,6	58.993	1,1
08 Excedente Retido (Déficit)	155.039	60,7	1.340.829	92,6	1.748.280	42,0	2.070.136	38,5

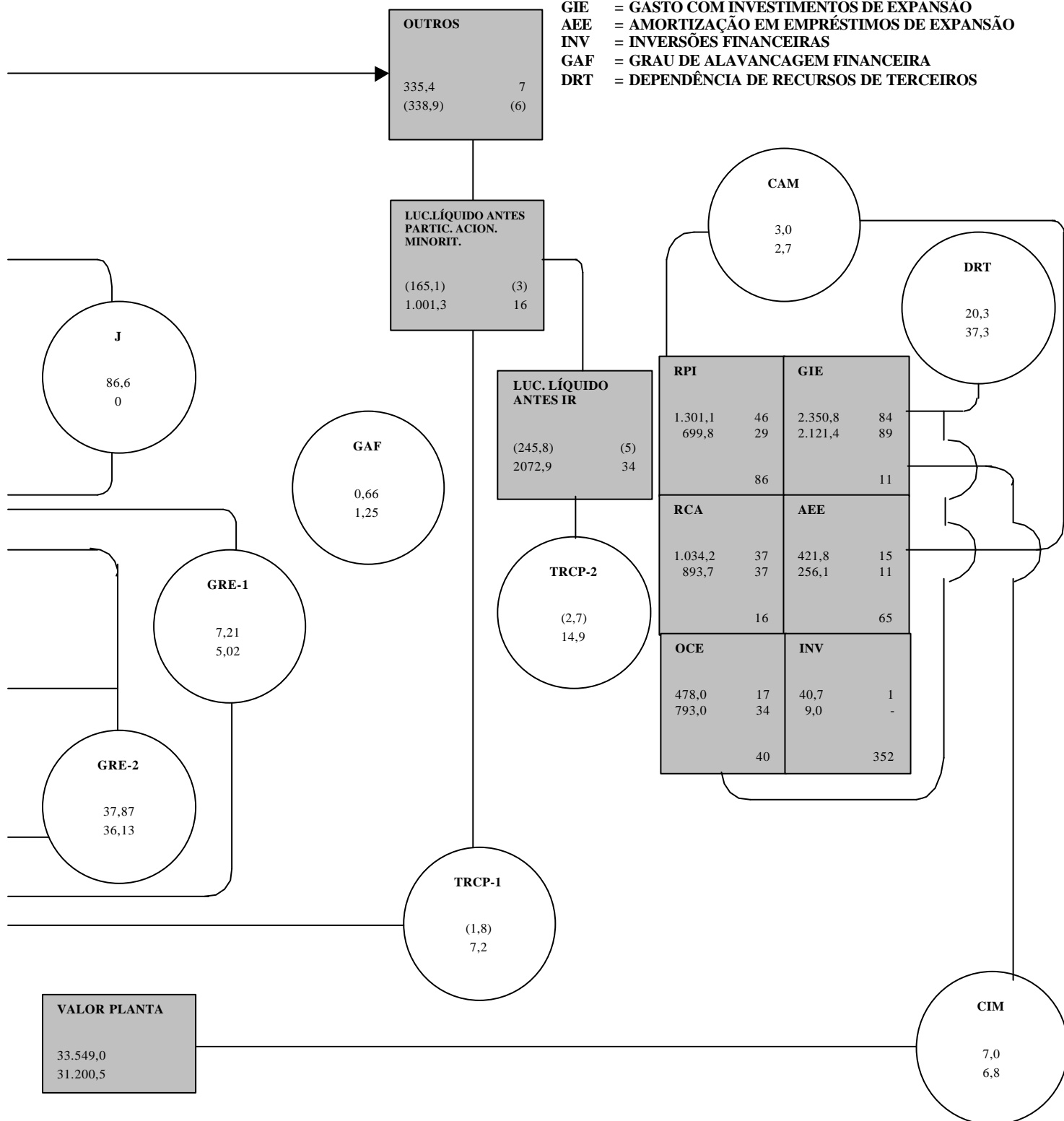
A remuneração aos empregados e administradores (salários, benefícios e encargos) de 1991 representa 22,7% do total do valor adicionado, contra 25,1% de 1990. Se forem adicionadas as provisões para contingências trabalhistas, este item passa a 32,7% muito embora em termos reais não tenha havido crescimento dos valores dispendidos, já que a variação do percentual é motivada pela queda do valor adicionado, ocasionado, principalmente, pela queda da receita.

Os salários Básicos, sem o cômputo dos benefícios e encargos sociais representam 9,5% do valor adicionado. Os Tributos aos governos federal, estaduais e municipais participam com 18,7% e os rentistas e acionistas 6,6%. O excedente passou de 38,5% para 42%. Convém destacar que a depreciação e amortização sofreu aumento substancial em função da aplicação da Lei 8.200/91, e corresponde a 37,7% do valor adicionado, o que motivou o aumento das retenções.

ARTICULAÇÃO SIMPLIFICADA DOS INDICADORES ECONÔMICO-FINANCEIROS / STB 1991/1990 – CONSOLIDADO (EM MOEDA 31/12/91)



- LEGENDA:**
- RBS = ROTAÇÃO DOS BENS E INSTALAÇÕES EM SERVIÇO
 - TRI = TAXA DE REMUNERAÇÃO DO INVESTIMENTO
 - DFI = TAXA DE DESPESAS FINANCEIRAS
 - J = TAXA DE JUROS MÉDIA
 - GRE-1 = GRAU DE ENDIVIDAMENTO DE EMPR. E FINANCIAMENTO
 - GRE-2 = GRAU DE ENDIVIDAMENTO TOTAL
 - TRCP = TAXA DE RETORNO DO CAPITAL PRÓPRIO
 - TBA = TAXA DE BENS EM ANDAMENTO
 - CAM = CAPACIDADE DE AMORTIZAÇÃO
 - CIM = CRESCIMENTO DO IMOBILIZADO
 - RPI = RECURSOS PRÓPRIOS PARA INVESTIMENTO
 - RCA = RECURSOS CAPITALIZÁVEIS
 - OCE = OPERAÇÕES DE CRÉDITO
 - GIE = GASTO COM INVESTIMENTOS DE EXPANSÃO
 - AEE = AMORTIZAÇÃO EM EMPRÉSTIMOS DE EXPANSÃO
 - INV = INVERSÕES FINANCEIRAS
 - GAF = GRAU DE ALAVANCAGEM FINANCEIRA
 - DRT = DEPENDÊNCIA DE RECURSOS DE TERCEIROS



ARTICULAÇÃO DO DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO (1990/1991) (Com Correção Integral)

FORMAÇÃO DO LUCRO OPERACIONAL		FORMAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		FORMAÇÃO DO ACRÉSCIMO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO																						
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">143,9 38</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">1.458,0 102</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">(90)</td></tr> </table>	EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	143,9 38	1.458,0 102	(90)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">RECEITA OPERACIONAL</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">379,8 100</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">1.428,9 100</td></tr> </table>	RECEITA OPERACIONAL	379,8 100	1.428,9 100	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">DESPESA OPERACIONAL</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">144,8 38</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">403,1 28</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">(64)</td></tr> </table>	DESPESA OPERACIONAL	144,8 38	403,1 28	(64)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">DEPRECIÇÃO</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">35,0 9,0</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">32,6 2,0</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">7</td></tr> </table>	DEPRECIÇÃO	35,0 9,0	32,6 2,0	7	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">ACRÉSCIMOS DO CAPITAL SOCIAL</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">368,6 79</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">221,9 8</td></tr> </table>	ACRÉSCIMOS DO CAPITAL SOCIAL	368,6 79	221,9 8	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">ACRÉSCIMO DO PATRIM. LÍQUIDO</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">463,8 100</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">2.938,9 100</td></tr> </table>	ACRÉSCIMO DO PATRIM. LÍQUIDO	463,8 100	2.938,9 100
EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL																										
143,9 38																										
1.458,0 102																										
(90)																										
RECEITA OPERACIONAL																										
379,8 100																										
1.428,9 100																										
DESPESA OPERACIONAL																										
144,8 38																										
403,1 28																										
(64)																										
DEPRECIÇÃO																										
35,0 9,0																										
32,6 2,0																										
7																										
ACRÉSCIMOS DO CAPITAL SOCIAL																										
368,6 79																										
221,9 8																										
ACRÉSCIMO DO PATRIM. LÍQUIDO																										
463,8 100																										
2.938,9 100																										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">DIVIDENDOS</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">55,7 15</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">111,3 8</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">(50)</td></tr> </table>	DIVIDENDOS	55,7 15	111,3 8	(50)																						
DIVIDENDOS																										
55,7 15																										
111,3 8																										
(50)																										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">RECEITAS FINANCEIRAS</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">176,2 46</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">(143,7) (10)</td></tr> </table>	RECEITAS FINANCEIRAS	176,2 46	(143,7) (10)																							
RECEITAS FINANCEIRAS																										
176,2 46																										
(143,7) (10)																										
<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">RECEITAS DE SERVIÇOS</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">4,0 1</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">3,3 -</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">21</td></tr> </table>	RECEITAS DE SERVIÇOS	4,0 1	3,3 -	21																						
RECEITAS DE SERVIÇOS																										
4,0 1																										
3,3 -																										
21																										
		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">DESPESAS FINANCEIRAS OPERACIONAL</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">116,1 31</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">(266,8) (19)</td></tr> </table>	DESPESAS FINANCEIRAS OPERACIONAL	116,1 31	(266,8) (19)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">RESULTADOS NÃO OPERACIONAL</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">46,3 5</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">41,3 3</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">12</td></tr> </table>	RESULTADOS NÃO OPERACIONAL	46,3 5	41,3 3	12	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">130,2 13</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">130,1 91</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">(90)</td></tr> </table>	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	130,2 13	130,1 91	(90)	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">130,2 28</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">1301,3 44</td></tr> </table>	LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	130,2 28	1301,3 44							
DESPESAS FINANCEIRAS OPERACIONAL																										
116,1 31																										
(266,8) (19)																										
RESULTADOS NÃO OPERACIONAL																										
46,3 5																										
41,3 3																										
12																										
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO																										
130,2 13																										
130,1 91																										
(90)																										
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO																										
130,2 28																										
1301,3 44																										
		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">DIVIDENDOS</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">(28,9) (6)</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">(35,0) (1)</td></tr> </table>	DIVIDENDOS	(28,9) (6)	(35,0) (1)																					
DIVIDENDOS																										
(28,9) (6)																										
(35,0) (1)																										
		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">REAVALIAÇÃO DO ATIVO</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">- -</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">1.450,7 49</td></tr> </table>	REAVALIAÇÃO DO ATIVO	- -	1.450,7 49																					
REAVALIAÇÃO DO ATIVO																										
- -																										
1.450,7 49																										
		<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">LUCRO OPERACIONAL</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">83,9 22</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">1.260,0 89</td></tr> </table>	LUCRO OPERACIONAL	83,9 22	1.260,0 89	<table border="1" style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr><td style="text-align: center;">LUCRO OPERACIONAL</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">83,9 22</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">1.260,0 89</td></tr> <tr><td style="text-align: center;">(93)</td></tr> </table>	LUCRO OPERACIONAL	83,9 22	1.260,0 89	(93)																
LUCRO OPERACIONAL																										
83,9 22																										
1.260,0 89																										
LUCRO OPERACIONAL																										
83,9 22																										
1.260,0 89																										
(93)																										

LEGENDA:

DESCRIÇÃO	
1991 1990	PARTICIPAÇÃO %
XXX XX	
XXX XX	
XX	VARIÇÃO %

VALORES CR\$ BILHÕES

PERSPECTIVAS

Buscando acompanhar a evolução do setor de telecomunicações, que vem ocorrendo em todas as partes do mundo, o Sistema TELEBRÁS enfrenta o desafio para sua própria adaptação.

O modelo de monopólio estatal para prestação dos serviços de telecomunicações tende a dar lugar, no futuro, a um modelo competitivo e desregulamentado onde prevalecerá a competência no atendimento da demanda e na gestão empresarial. Nesse contexto, são bastante promissoras as perspectivas do Sistema TELEBRÁS pois, embora criada sob a égide do modelo monopolista nunca deixou de buscar uma maior eficiência na prestação dos serviços à sociedade.

Fruto dessa postura, o Sistema TELEBRÁS é hoje, considerado uma das empresas estatais que tem apresentado melhor desempenho no País, cuja credibilidade pode ser atestada pelo sucesso alcançado na procura e valorização de suas ações nas principais Bolsas de Valores. Para 1992, com um limite de investimentos superior ao de 1991 espera-se uma implantação recorde de mais de 900 mil terminais.

Com esta implantação estará garantida a entrega da totalidade dos terminais correspondentes aos Planos de Expansão, não ativados no prazo de 24 meses. A contratação esperada é de cerca de 800 mil novos terminais, aí considerados os terminais móveis, cuja planta deverá atingir 50 mil até o final do exercício.

Com os projetos em curso e com os projetos a iniciar, para a ampliação da planta básica, aliados a um melhor gerenciamento da rede, a qualidade dos serviços deverá apresentar significativa evolução e a taxa de congestionamento deverá atingir a marca de 12% ao final do ano. A introdução da nova política de exploração de serviços de dados, facultada também às empresas pólo, deverá gerar grande impulso nesse segmento,

promovendo uma disseminação maior do serviço pela grande penetração das empresas pólo no interior do país.

A partir do início do último trimestre de 1991, o Governo Federal permitiu uma política tarifária mais realista concedendo, inclusive, a recuperação de parte de perdas acumuladas. O Sistema TELEBRÁS, em prosseguimento ao processo iniciado em 1991, continuará a buscar fontes de recursos no exterior para complementar o financiamento dos investimentos para 1992. Além da emissão de títulos de renda, uma importante alternativa a ser utilizada é o lançamento de ações no exterior, via ADR (AMERICAN DEPOSITARY RECEIPTS) para captação de capitais de risco, menos onerosos e mais compatíveis com as características dos projetos do setor.

Dando continuidade a aceleração do ritmo das implantações dos serviços, o Sistema TELEBRÁS vem estabelecendo novas parcerias com empreendedores privados para ampliação da rede telefônica. Esses programas, já em 1992 deverão possibilitar a instalação de cerca de 100 mil terminais.

Com essas ações, o Sistema TELEBRÁS estará marcando uma nova fase na sua história buscando consolidar a sua posição de maior e melhor prestadora de serviço do País, atuante nos mais diversos segmentos de transporte de informações.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOEL MARCIANO RAUBER
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
Membro do Conselho

OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO
Membro do Conselho

MARY BRITO SILVEIRA
Membro do Conselho

JOSÉ PAULO SILVEIRA
Membro do Conselho

MAURO FERNANDO PILAR PORTO
Membro do Conselho

LEIVI ABULEAC
Membro do Conselho

DIRETORIA EXECUTIVA

JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PRESIDENTE

OTÁVIO MARQUES DE AZEVEDO
Vice-Presidente

JUAREZ MARTINHO QUADROS DO NASCIMENTO
Diretor de Coordenação de Operações

LUIZ FELIPE DENUCCI MARTINS
Diretor de Recursos Humanos e Materiais

IRAN SIQUEIRA LIMA
Diretor Econômico-Financeiro e de Relações
com o Mercado

FRANCISCO CARLOS MONTEIRO FILHO
Diretor de Planejamento e Engenharia

JOSÉ DAS NEVES DÓREA
Contador – CRC - BA 4272 – T.DF

Telecomunicações Brasileiras S/A – TELEBRÁS
Depto. de Comunicação Social
Setor de Autarquias Sul, Quadra 6, Bloco “E”, 10º Andar
70313-900 – Brasília-DF
Fones: (061) 215-2403 e 215-2433 – Telex (061) 2073
Fax: (061) 215-2618



TELEBRÁS

*Demonstrações
financeiras*

1991

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO PARA DESTINAÇÃO DO RESULTADO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais que regem a matéria, esta Administração propõe à Assembléia que a destinação do Lucro Líquido do Exercício de 1991, no valor de CR\$ 130.153.377.543,32 (cento e trinta bilhões, cento e cinquenta e três milhões, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e quarenta e três cruzeiros e trinta e dois centavos) e da Realização da Reserva de Lucros a Realizar, constituída nos exercícios anteriores e lançada à conta de Lucros Acumulados, no total de CR\$ 140.278.661.010,90 (cento e quarenta bilhões, duzentos e setenta e oito milhões, seiscentos e sessenta e um mil, dez cruzeiros e noventa centavos), seja a seguinte:

I – RESERVA LEGAL

Na conformidade do Artigo 193, da Lei nº 6.404/76, torna-se necessária a aplicação de 5% daquele lucro líquido à constituição da Reserva Legal no valor de CR\$ 6.507.688.877,17 (seis bilhões, quinhentos e sete milhões, seiscentos e sessenta e oito mil, oitocentos e setenta e sete cruzeiros e dezessete centavos).

II – RESERVA DE LUCROS A REALIZAR

Na forma do Artigo 197, da mesma Lei, considerando a existência das condições ali preconizadas, propõe-se a constituição da Reserva de Lucros a Realizar no valor de Cr\$ 123.645.708.666,15 (cento e vinte e três bilhões, seiscentos e quarenta e cinco milhões, setecentos e oito mil, seiscentos e sessenta e seis cruzeiros e quinze centavos).

III - DIVIDENDOS

Atendendo ao disposto no artigo 65 do Estatuto Social, no Artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76, esta Administração propõe sejam pagos Cr\$ 22.571.741.480,90 (vinte e dois bilhões, quinhentos e setenta e um milhões, setecentos e quarenta e um mil, quatrocentos e oitenta cruzeiros e noventa centavos) aos possuidores de ações preferenciais e Cr\$ 12.497.923.771,83 (doze bilhões, quatrocentos e noventa e sete milhões, novecentos e vinte e três mil, setecentos e setenta e um cruzeiros e oitenta e três centavos), aos possuidores de ações ordinárias.

As ações decorrentes de conversões de debêntures serão remuneradas pelo critério “pro rata” semestre, atribuindo-se dividendo integral (12/12) às ações resultantes das conversões efetivadas no primeiro semestre e (6/12) às ações decorrentes das conversões efetivadas no segundo semestre do exercício de 1991.

IV – LUCROS ACUMULADOS

Propõe, também que o saldo remanescente de lucro líquido ajustado nos termos do Artigo 202 da Lei 6.404/76 no montante de Cr\$ 105.208.995.758,17 (cento e cinco bilhões, duzentos e oito milhões, novecentos e noventa e cinco mil, setecentos e cinquenta e oito cruzeiros e dezessete centavos), seja levado à conta de Lucros Acumulados para aumento de capital, visando sua aplicação na modernização e expansão do Sistema de Telecomunicações.

Brasília-DF, 23 de março de 1992.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A.-TELEBRÁS
BALANÇOS PATRIMONIAIS - EXERCÍCIOS FIMOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1991 E 1990
(Em milhares de cruzeiros)

ATIVO	Controladora		Consolidado	
	Correção Integral e legislação societária	Correção Integral (em moeda de 31 de dezembro de 1991)	Correção Integral e legislação societária	Correção Integral (em moeda de 31 de dezembro de 1991)
	1991	1990	1991	1990
CIRCULANTE	924.932.044	628.419.678	1.234.846.106	894.926.883
Disponibilidades	50.614.703	1.900.169	423.341.292	158.533.338
Caixa e bancos	733.308	1.900.169	24.537.380	70.009.386
Aplicações com liquidez imediata	49.881.395	-	398.803.912	88.523.952
Direitos realizáveis	874.295.149	626.494.974	803.553.034	729.943.777
Contas a receber de serviços	212.723	302.717	638.924.378	629.223.352
Créditos com empresas do Sistema TELEBRÁS	868.432.856	620.900.182	-	-
Menos: Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(11.189.661)	(11.112.106)
Empréstimos e compulsórios e aplicações financeiras	-	-	24.128.966	1.968.067
Valores a recuperar	4.759.906	4.638.412	102.175.601	69.567.641
Bens destinados a venda	-	-	44.123	84.338
Material de estoque de manutenção	150.488	368.193	25.822.717	23.552.878
Outros valores realizáveis	739.176	285.470	23.646.910	16.659.607
Despesas do período seguinte	22.192	24.535	7.951.780	6.449.768
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.159.987.043	442.692.624	646.850.359	49.382.930
Créditos com empresas do Sistema Telebrás	741.407.700	442.579.590	-	-
Empréstimos compulsórios e aplicações financeiras	418.235.166	42.362	448.289.112	29.380.296
Imposto de renda/finsocial a recuperar	-	-	142.576.488	16.810.401
Outros valores realizáveis	344.177	70.672	55.984.759	3.192.233
PERMANENTE	10.934.604.870	10.772.799.524	17.916.559.203	17.280.687.955
Investimentos	10.805.789.195	10.591.745.320	106.920.232	66.586.916
Imobilizado	128.815.675	144.719.804	15.764.971.084	15.395.305.505
Bens e instalações em serviço	236.449.281	235.058.314	26.892.100.791	24.856.995.286
Menos: Depreciação e amortização acumuladas	(118.751.850)	(103.314.210)	(14.688.803.177)	(13.182.160.145)
Bens e instalações em andamento	11.118.244	12.975.700	3.561.673.470	3.720.470.364
Diferido	-	36.334.400	2.044.667.887	1.818.795.534
Juros sobre bens e instalações em andamento	-	-	2.484.584.793	1.955.716.686
Despesas financeiras	-	-	373.820.582	381.553.294
Pesquisa e desenvolvimento	-	61.382.064	30.433.376	118.624.701
Outros valores diferidos	-	659.455	99.495.115	100.529.638
Menos: Amortização acumuladas	-	(25.707.119)	(943.665.979)	(737.628.785)
TOTAL DO ATIVO	13.019.523.957	11.843.911.826	19.798.255.668	18.224.997.768
PASSIVO	Controladora		Consolidado	
	Correção Integral e legislação societária	Correção Integral (em moeda de 31 de dezembro de 1991)	Correção Integral e legislação societária	Correção Integral (em moeda de 31 de dezembro de 1991)
	1991	1990	1991	1990
CIRCULANTE	432.435.881	384.049.518	2.068.103.651	1.794.630.059
Pessoal, encargos e benefícios sociais	10.594.745	10.728.907	606.822.290	338.196.013
Fornecedores de materiais e serviços	2.257.643	2.853.418	276.998.622	190.951.390
Impostos, taxas e contribuições	399.131	4.954.333	260.958.271	408.684.272
Empréstimos e financiamentos	23.136.057	8.004.766	121.429.042	137.202.628
Debêntures	219.624.485	298.772.491	219.624.485	298.772.491
Títulos de renda	111.756.400	-	111.756.400	-
Obrigações com empresas do Sistema Telebrás	390.740	26.594.248	-	-
Consignações a favor de terceiros	831.640	2.806.228	245.078.777	297.758.006
Participações no resultado	36.095.771	29.328.874	44.213.197	52.668.274
Provisão para contingências	23.284.523	-	149.432.179	49.348.264
Outras obrigações	4.064.746	6.253	31.790.388	21.048.721
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	232.975.795	59.143.643	3.370.926.405	3.042.799.812
Impostos, taxas e contribuições	-	-	2.609.152.894	2.658.382.479
Empréstimos e financiamentos	19.215.795	30.511.295	368.766.182	236.379.566
Títulos de renda	213.760.000	-	213.760.000	-
Obrigações com empresas do Sistema Telebrás	-	9.617.988	-	-
Consignações a favor de terceiros	-	-	116.354.192	117.609.322
Provisão para contingências	-	-	55.888.771	-
Outras obrigações	-	19.014.360	7.004.366	30.428.445
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	7	40	23.535	95.550
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	2.003.375.513	1.984.906.896
No capital de empresas controladas	-	-	90.083.778	50.030.619
Nas reservas e lucros de empresas controladas	-	-	1.913.291.735	1.934.876.277
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E RECURSOS CAPITALIZÁVEIS	12.354.112.274	11.400.718.625	12.355.826.564	11.402.565.451
Patrimônio Líquido	11.566.479.956	11.102.613.079	11.566.479.956	11.102.613.079
Capital social realizado	590.189.402	3.460.811.312	590.189.402	3.460.811.312
Correção monetária do capital realizado	4.034.435.039	-	4.034.435.039	-
Reservas de capital	1.226.293.234	1.241.065.229	1.226.293.234	1.241.065.229
Reservas de reavaliação	174.870.056	279.512.731	174.870.056	279.512.731
Reservas de Lucros	4.745.209.763	5.066.910.423	4.745.209.763	5.066.910.423
Lucros Acumulados	795.482.712	1.054.313.384	795.482.712	1.054.313.384
Menos: Ações em tesouraria	(250)	-	(250)	-
Recursos capitalizáveis	787.632.318	298.105.546	789.346.608	299.952.372
Recursos de autofinanciamento	323.620.957	157.342.376	323.419.589	157.342.376
Recursos ordinários da União	418.198.349	8.845.772	418.198.349	8.845.772
Outros recursos capitalizáveis	45.813.012	131.917.398	47.728.670	133.764.224
TOTAL DO PASSIVO	13.019.523.957	11.843.911.826	19.798.255.668	18.224.997.768

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 1991 e 1990
(Em milhares de cruzeiros, exceto lucro por ação)

CONTROLADORA	Legislação societária	Correção integral (em moeda de 31 de dezembro de 1991)	
	1991	1991	1990
Receitas (despesas) operacionais:			
Ganho com investimentos em controladas e coligada	199.638.159	199.638.159	1.569.354.399
Despesas gerais e administrativas	(53.503.987)	(89.844.711)	(174.581.663)
Provisão para contingências	(23.284.523)	(23.284.523)	-
Despesas financeiras	(2.429.803)	(116.142.775)	266.788.327
Receitas financeiras	123.203.954	176.151.853	(143.744.306)
Outras despesas operacionais	(8.163.402)	(66.601.942)	(261.122.982)
Outras receitas operacionais	2.116.984	4.007.034	3.284.985
Lucro operacional	237.577.382	83.923.095	1.259.978.760
Receitas (despesas) não operacionais:			
Ganho com investimento	36.118.987	70.013.001	41.029.435
Outras despesas não operacionais	(24.856.625)	(24.953.950)	(410.884)
Outras receitas não operacionais	888.660	1.171.232	692.489
	12.151.022	46.230.283	41.311.040
Efeito inflacionário:			
Saldo devedor da correção monetária	(242.999.951)	-	-
Saldo credor de variação monetária	123.424.925	-	-
	(119.575.026)	-	-
Lucro líquido do exercício (1990, ajustado pela Lei 8.200/91)	130.153.378	130.153.378	1.301.289.800
Lucro por ação do capital social realizado no fim do exercício (1990, ajustado, considerando os reflexos da Lei 8.200/91)	Cr\$ 0.539	Cr\$ 0.539	Cr\$ 9.086
CONSOLIDADO	Legislação societária	Correção integral (em moeda de 31 de dezembro de 1991)	
	1991	1991	1990
Receita operacional bruta:			
Serviços de telecomunicações	2.349.442.093	4.422.929.481	5.909.823.420
Deduções da receita bruta:			
ICMS, PASEP e FINSOCIAL	(440.468.715)	(743.750.648)	(829.163.917)
Receita operacional líquida:	1.908.973.378	3.679.178.833	5.080.659.503
Custos dos serviços prestados	(1.326.285.515)	(2.394.159.898)	(1.789.078.947)
Lucro bruto	582.687.863	1.285.018.935	3.291.580.556
Receitas (despesas) operacionais:			
Comercialização dos serviços	(170.938.482)	(236.211.550)	(290.492.032)
Despesas gerais e administrativas	(469.267.868)	(779.848.465)	(1.037.025.999)
Contribuição social	(15.276.604)	(14.965.054)	(105.353.895)
Provisão para contingências	(226.787.100)	(224.258.010)	(18.537.093)
Receitas financeiras	228.032.071	507.603.655	(185.060.196)
Despesas financeiras	(281.438.781)	(739.140.161)	398.816.421
Ganho com investimento	314.053	314.053	83.442.793
Outras despesas operacionais	(337.711.064)	(490.848.813)	(902.183.846)
Outras receitas operacionais	57.708.695	191.744.348	105.105.600
Lucro (prejuízo) operacional	(1.215.365.080)	(1.785.609.997)	(1.951.288.247)
	(632.677.217)	(500.591.062)	1.340.292.309
Receitas (despesas) não operacionais:			
Participação financeira de promitentes assinantes	9.795.223	127.827.839	722.813.918
Ganho com investimento	33.497.739	67.340.281	5.912.549
Outras despesas não operacionais	(32.617.168)	(36.109.651)	(32.859.367)
Outras receitas não operacionais	87.608.025	95.710.700	36.757.586
	98.283.819	254.769.169	732.624.686
Efeito inflacionário:			
Saldo credor da correção monetária	3.152.768.618	-	-
Saldo devedor de variação monetária	(2.864.197.113)	-	-
	288.571.505	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício antes das deduções	(245.821.893)	(245.821.893)	2.072.916.905
Provisão para imposto de renda	49.843.921	49.843.921	(835.692.528)
Participação de empregados	(697.377)	(697.377)	(4.150.823)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício antes da participação minoritária	(196.675.349)	(196.675.349)	1.233.073.644
Participação minoritária	31.509.518	31.509.518	(231.707.724)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (1990, ajustado pela Lei 8.200/91)	(165.165.831)	(165.165.831)	1.001.365.920
Lucro (prejuízo) por ação do capital social realizado no fim do exercício (1991, ajustados os reflexos da Lei 8.200/91)	Cr\$ 0.684	Cr\$ 0.684	Cr\$ 6.993

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 1991
(em milhares de cruzeiros)

LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA

	Capital realizado atualizado		Reservas de capital				Reserva de reavaliação de ativo de controladas	Reservas de lucros			Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
	Capital social realizado	Correção monetária do capital	Ágio na Subscrição de ações	Doações e subvenções p/ investimentos	Reserva especial Lei-8200/91	Outras reservas de capital		Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Lucros acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 1990	38.664.570	266.086.646	4.010.384	148.611	-	1.404	109.395.386	29.840.940	455.926.825	43.370.622	-	947.445.388
Ajuste reavaliações de ativos - CVM - 167/91							(60.938.226)					(60.938.226)
Efeito líquido da defas. BTNF x IPC - Lei 8200/91: TELEBRÁS										(52.975.153)		(52.975.183)
Controladas (equivalência patrimonial)										163.554.755		163.554.755
Defasagem BTNF x IPC - Lei 8200/91		295.225.341	7.926.163	20.140		188		24.204.129	368.442.789	28.828.685		724.647.435
Reserva especial - Lei 8200/91 TELEBRÁS					6.438.714							6.438.714
Controladas (equivalência patrimonial)					196.609.161							196.609.161
Saldos após os reflexos	38.664.570	561.311.987	11.936.547	168.751	203.047.875	1.592	48.457.160	54.045.069	824.369.614	182.778.909		1.924.782.074
Aumento de capital social:												
Recursos de autofinanciamento	114.930.927											114.930.927
Recursos ordinários da UNIÃO	3.083.965											3.083.965
Outros recursos capitalizáveis	58.489.445											58.489.445
Reservas e lucros acumulados	375.020.495	(266.086.646)	(4.010.384)	(148.611)		(1.405)		(55.000.000)		(49.773.449)		
Doações e subvenções para investimento				2.959								2.959
Reavaliações de ativos							12.417					12.417
Aquisições de ações próprias											(3.987.905)	(3.987.905)
Venda de ações em tesouraria											3.991.400	4.023.622
Reversão de reservas					11.678.466		(61.407.906)		(140.278.661)	190.008.101		-
Correção monetária		3.739.209.698	(7.926.163)	(14.113)	1.011.488.245	37.253	187.808.385	1.124.710	3.930.795.653	507.538.212	3.745	9.370.058.135
Dividendos prescritos										604		604
Lucro líquido do exercício										130.153.378		130.153.378
Destinação proposta à AGO dos lucros:												
Transferência para reservas								6.507.669	123.645.709	(130.153.378)		-
Dividendos propostos										(35.069.665)		(35.069.665)
Saldos em 31 de dezembro de 1991	590.189.402	4.034.435.039	-	8.986	1.226.214.586	69.662	174.870.056	6.677.448	4.738.532.315	795.482.712	(250)	11.566.479.956

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Exercícios findos em 31 de dezembro de 1991 e 1990
(em milhares de cruzeiros)

CORREÇÃO INTEGRAL

	Capital realizado atualizado	Reservas de capital				Reserva de reavaliação de ativo de controladas	Reservas de lucros			Lucros acumulados	Ações em tesouraria	Total do patrimônio líquido
		Agio na Subscrição de ações	Doações e subvenções p/ investimentos	Reserva especial Lei - 8200/91	Outras reservas de capital		Reserva especial de equivalência	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar			
Saldos em 31 de dezembro de 1989	1.440.562.526	1.029.197.658	1.370.339	-	1.234	-	399.713.907	278.573.172	4.240.527.708	773.735.367	-	8.163.681.911
Aumento do capital social:												
Subscrições	148.028.704	68.852.921										216.881.625
Reservas e lucros acumulados	1.872.220.082	(1.029.197.658)	(1.370.339)		(1.234)		(399.713.907)			(441.936.944)		-
Doações e subvenções para investimentos			973.398									973.398
Reavaliações de ativos						279.512.731						279.512.731
Aquisições de ações próprias											(444)	(444)
Venda de ações em tesouraria					9.181						444	9.625
Reversão de reservas									(115.630.108)	115.630.108		-
Dividendos prescritos										1.465		1.465
Lucro líq. do exercício ajustado Lei 8200/91										1.301.289.800		1.301.289.800
Reserva especial - Lei 8200/91				1.171.229.729								1.171.229.729
Destinação proposta à AGO dos lucros:												
Transferência para reservas								33.171.984	630.267.667	(663.439.651)		-
Dividendos propostos										(28.907.527)		(28.907.527)
IRF sobre lucro líquido - Lei 7713/88										(2.059.234)		(2.059.234)
Saldos em 31 de dez. de 1990 ajus. Lei 8200/91	3.460.811.312	68.852.921	973.398	1.171.229.729	9.181	279.512.731	-	311.745.156	4.755.165.267	1.054.313.384	-	11.102.613.079
Aumento do capital social:												
Recursos de autofinanciamento	176.368.583											176.368.583
Recursos ordinários da UNIÃO	8.846.018											8.846.018
Outros recursos capitalizáveis	183.417.939											183.417.939
Reservas e lucros acumulados	795.180.589	(68.852.921)	(973.398)		(9.181)			(311.575.377)		(413.769.712)		-
Doações e subvenções para investimento			8.986									8.986
Reavaliações de ativos						71.622						71.622
Aquisições de ações próprias											(8.629.416)	(8.629.416)
Venda de ações em tesouraria					69.662						8.629.166	8.698.828
Reversão de reservas									(140.278.661)	190.008.101		-
Dividendos prescritos										604		604
Lucro líquido do exercício										130.153.378		130.153.378
Destinação proposta à AGO dos lucros:												
Transferência para reservas								6.507.669	123.645.709	(130.153.378)		-
Dividendos propostos										(35.069.665)		(35.069.665)
Saldos em 31 de dezembro de 1991	4.624.624.441	-	8.986	1.226.214.586	69.662	174.870.056	-	6.677.448	4.738.532.315	795.482.712	(250)	11.566.479.956

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 1991 e 1990

(em milhares de cruzeiros)

CONTROLADORA	Legislação societária	Correção integral (em moeda de 31 de dezembro de 1991)	
	1991	1991	1990
Origens:			
Recursos gerados pela atividade econômica	442.963.757	87.198.389	-
Redução no ativo realizável a longo prazo	57.544.785	227.050.941	15.427.532
Venda de Imobilizações e/ou Investimentos	714.583	878.657	-
Aumento no passivo exigível a longo prazo	113.553.826	175.861.253	13.941.050
Aumento dos recursos capitalizáveis	621.534.055	548.869.126	351.545.055
Aumento no capital social	176.504.337	368.632.540	148.028.704
Ágio na subscrição de ações	-	-	68.852.921
Outras origens	4.036.659	8.761.187	984.488
Total das origens	1.416.852.002	1.417.252.093	598.779.750
Aplicações			
Recursos aplicados na atividade econômica	-	-	192.370.074
Aumento do realizável a longo prazo	638.623.015	807.037.030	188.699.925
Aumento de aplicações capitalizáveis	284.666.200	298.307.724	124.162.893
Aumento no ativo permanente:			
Investimentos	187	441	67.630.131
Imobilizado	844.016	1.800.479	11.936.551
Redução no passivo exigível a longo prazo	3.529.589	18.281.328	371.227
Dividendos provisionados	35.069.665	35.069.665	28.907.527
IRF - Lucro líquido - Lei 7713/88	-	-	2.059.234
Outras aplicações	3.987.905	8.629.416	444
Total das aplicações	966.720.577	1.169.126.083	616.138.006
Aumento (Redução) no capital circulante líquido	450.131.425	248.126.010	(17.358.256)
Ativo circulante			
No início do exercício	108.944.707	628.419.678	1.103.526.892
No fim do exercício	924.932.044	924.932.044	628.419.678
	815.987.337	296.512.366	(475.107.214)
Passivo circulante			
No início do exercício	66.579.969	384.049.525	841.798.476
No fim do exercício	432.435.881	432.435.881	384.049.518
	365.855.912	48.386.356	(457.748.958)
Aumento (Redução) no capital circulante líquido	450.131.425	248.126.010	(17.358.256)
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS GERADOS			
(APLICADOS NA) ATIVIDADE ECONÔMICA:			
Lucro líquido do exercício (1990, ajustado pela Lei 8.200/91)	130.153.378	130.153.378	1.301.289.800
Despesas (receitas) que não envolvem capital de giro:			
Ganho com investimentos decorrentes da equivalência patrimonial, exclui Cr\$ 55.750.420 mil e dividendos (Cr\$ 111.305.852 mil em 1990)	(182.340.370)	(180.006.725)	(1.499.077.981)
Perda monetária líquida a longo prazo	-	6.055	12.108
Despesas financeiras	-	79.754.468	(28.185.989)
Receitas financeiras	-	(33.247.145)	(38.487.958)
Depreciações e amortizações	13.254.898	35.001.881	32.644.340
Variações monet. dos valores a longo prazo	(12.584.568)	-	-
Resultado da correção monetária	468.018.033	-	-
Valor residual dos ativos perman. baixados	26.462.386	55.536.477	39.435.606
	312.810.379	(42.954.989)	(1.493.659.874)
Total dos recursos gerados pela (aplicados na) atividade econômica	442.963.757	87.198.389	(192.370.074)

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
Exercícios findos em 31 de dezembro de 1991 e 1990
(em milhares de cruzeiros)

CONSOLIDADO	Legislação societária	Correção integral (em moeda de 31 de dezembro de 1991)	
	1991	1991	1990
Origens:			
Recursos gerados pela atividade econômica	503.419.733	2.292.243.883	1.471.236.416
Redução no ativo realizável a longo prazo	60.816.177	236.073.686	175.847.905
Venda de imobilizações e/ou investimentos	10.085.289	18.440.506	13.324.552
Aumento no passível exigível a longo prazo	331.473.881	478.068.215	793.056.033
Aumento dos recursos capitalizáveis	571.119.317	664.497.524	673.084.653
Aumento no capital social	176.504.337	368.632.540	148.028.704
Ágio na subscrição de ações	-	-	68.852.921
Aumento no capital social em empresas controladas	491.088	1.033.078	3.759.068
Outras origens	14.590.815	29.077.553	19.149.076
Total das origens	1.668.500.637	4.088.066.985	3.366.339.328
Aplicações:			
Aumento do realizável a longo prazo	647.861.453	735.337.812	-
Aumento de aplicações capitalizáveis	56.184.070	87.200.519	-
Aumento no ativo permanente:			
Investimentos	11.093.108	40.745.045	9.029.873
Imobilizado	1.235.070.262	2.282.161.570	1.976.805.078
Diferido	37.727.540	68.669.802	144.653.259
Redução de recursos capitalizáveis	-	34.096.093	-
Redução no passivo exigível a longo prazo	301.526.893	701.026.763	130.506.980
Dividendos provisionados:			
Telebrás	35.069.665	35.069.665	28.907.527
Empresas controladas - particip. Minoritária	6.111.409	6.111.409	23.869.721
IRF - Lucro líquido - Lei 7713/88/AIR s/ ILL	8.764.326	8.781.947	52.568.197
Outras aplicações	6.386.703	22.420.729	7.247.955
Total da aplicações	2.345.795.429	4.021.621.354	2.373.588.590
Aumento (Redução) no capital circulante líquido	(677.294.792)	66.445.631	992.750.738
Ativo circulante:			
No início do exercício	155.013.337	894.926.883	924.323.513
No fim do exercício	1.234.846.106	1.234.846.106	894.926.883
	1.079.832.769	339.919.223	(29.396.630)
Passivo circulante			
No início do exercício	310.976.090	1.794.630.059	2.816.777.427
No fim do exercício	2.068.103.651	2.068.103.651	1.794.630.059
	1.757.127.561	273.473.592	(1.022.147.368)
Aumento (Redução) no capital circulante líquido	677.294.792	66.445.631	(992.750.738)
DEMONSTRAÇÃO DOS RECURSOS GERADOS PELA ATIVIDADE ECONÔMICA:			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício (1990, ajustado pela Lei 8.200/91)	(165.165.831)	(165.165.831)	1.001.365.920
Participação minoritária nos resultados de empresas controladas	(31.509.518)	(31.509.518)	231.707.724
Despesas (receitas) que não envolvem capital de giro:			
Ganho operacional com investimento em empresa coligada não consolidada e ganho não operacional com investimentos	(35.862.815)	(37.909.554)	(95.571.471)
Perda monetária líquida a longo prazo	-	99.966.120	7.505.109
Despesas financeiras	-	202.655.292	(291.031.293)
Receitas financeiras	-	(27.750.871)	1.163.155
Receitas de participação financeira de promitentes assinantes	-	(127.349.318)	(558.839.577)
Depreciações e amortizações	902.453.378	1.927.900.129	953.773.902
Variações monet. dos valores a longo prazo	2.652.751.043	-	-
Resultado da correção monetária	(3.054.167.336)	-	-
Valor residual dos ativos perman. baixados	43.229.003	61.272.624	19.383.036
Imposto de renda diferido	167.136.690	167.136.690	481.608.397
Outras	24.555.119	222.998.120	(279.828.486)
	700.095.082	2.488.919.232	238.162.772
Total dos recursos gerados pela (aplicados na) atividade econômica	503.419.733	2.292.243.883	1.471.236.416

NOTAS EXPLICATIVAS
31 DE DEZEMBRO DE 1991 E 1990

1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A TELEBRÁS é uma sociedade de economia mista, vinculada ao Ministério da Infra-Estrutura que tem como atividade exercer o controle das empresas operadoras do sistema de telecomunicações do País, integrantes do Sistema Telebrás (STB), constituído de 28 empresas em todo o território nacional. O Sistema Telebrás responsável pelo desenvolvimento e prestação de serviços de telecomunicações, através das empresas operadoras, oferece a todos os segmentos da população brasileira, serviços nas áreas de comunicação de voz, de textos, de dados e de som e imagem, visando atender as suas necessidades, desde a telefonia rural até a comunicação internacional. Através do desenvolvimento de novas tecnologias no Centro de Pesquisa e Desenvolvimento de Campinas, do aperfeiçoamento do pessoal nos centros de treinamentos e estreito relacionamento com indústrias e universidades, a TELEBRÁS procura melhorar a qualidade dos serviços prestados, bem como, o uso mais eficiente dos equipamentos instalados. Assume, também, a importante função de agente das políticas estabelecidas pelo Ministério da Infra-Estrutura, coordenando a evolução harmônica do sistema de telecomunicações.

2 - BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 - Legislação Societária

As demonstrações são preparadas de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade, com os dispositivos constantes da Lei de Sociedade por Ações, as disposições complementares da CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com as normas aplicáveis as concessionárias de serviços públicos de telecomunicações. Em conjunto estão apresentadas as demonstrações contábeis consolidadas. A consolidação é elaborada em conformidade com as normas e procedimentos estabelecidos pela CVM.

2.2 - Correção Integral

A Companhia apresenta, também, demonstrações contábeis complementares ajustadas pelos efeitos da inflação, sob o título de "Correção Integral". Tais demonstrações, elaboradas com base nas demonstrações contábeis da legislação societária, estão de acordo com as normas baixadas pela CVM, tendo por objetivo melhorar as informações colocadas à disposição dos usuários, destacando-se os seguintes aspectos:

a) Índice de Correção

As atualizações monetárias são calculadas com base no BTN-diário, até o BTNF de Cr\$ 126.8621 e após 31/01/91 com base na variação mensal do INPC.

b) Balanço Patrimonial

Os saldos das contas do ativo permanente, patrimônio líquido e de outras contas sujeitas a correção monetária estão atualizadas até o INPC de 31/12/91.

- Créditos e obrigações

As contas de créditos com usuários dos serviços de telecomunicações, estão a valor presente por terem o seu preço fixado pelo Poder concedente na forma de tarifa pública, não embutindo qualquer expectativa de inflação.

As demais obrigações e direitos foram mantidas pelos valores originais, os quais refletem os preços da data do Balanço. Parte dessas obrigações com fornecedores, que embutem encargos até a data do vencimento, foram mantidas pelos valores originais já que os reflexos foram considerados imateriais e o prazo máximo de pagamento das referidas obrigações inferior a 30 dias.

- Estoque

São segregados em expansão e manutenção. Os bens destinados à expansão são classificados no permanente (Bens e instalações em Andamento) e, portanto, corrigidos monetariamente, enquanto que os bens destinados a manutenção são mantidos pelos valores originais, por terem sido substancialmente formados nos últimos noventa dias.

c) Demonstração do Resultado

Os componentes da demonstração do resultado, são atualizados monetariamente até a data do Balanço considerando os seguintes aspectos:

- As perdas por inflação, referentes aos estoques, foram atribuídas aos custos dos serviços prestados ou outras despesas relacionadas com a operação realizada;

- As perdas sobre as despesas de períodos seguintes foram atribuídas às contas de resultado correspondentes;

- Os ganhos ou perdas decorrentes da inflação referentes aos ativos e passivos monetários que geram encargos e receitas financeiras nominais foram considerados como parcelas que ajustam os respectivos componentes do resultado;

- Os ganhos ou perdas decorrentes da inflação referentes aos demais itens monetários, foram distribuídos nas respectivas contas de resultado a que se vinculam. Os valores que não puderam ser alocados serão incluídos no grupo de outras despesas/receitas operacionais e não operacionais;

- Os encargos com imposto de renda e contribuição social são demonstrados como se fossem apropriados na data de encerramento do período. As participações nos lucros são demonstradas de forma idêntica;

- Os ganhos nos passivos não monetários classificados fora do patrimônio líquido estão reconhecidos no resultado, nas receitas relacionadas com a operação;

- A auditoria se absteve de auditar as informações de 1990 constantes da Demonstração do Resultado do exercício e da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, apoiando-se na dispensa da obrigatoriedade concedida pela Instrução Normativa 176, artigo 4 da Comissão de Valores Mobiliários.

2.3 - Lei 8.200/91

As demonstrações contábeis apresentadas contemplam os reflexos da Lei 8.200/91. A empresa procedeu a correção monetária da defasagem do IPC x BTNF em 1990 e a correção monetária especial a partir de março/79 com base na variação mensal do INPC. As demonstrações contábeis relativas ao exercício de 1990 estão ajustadas pelos efeitos da Lei 8.200/91, conforme recomenda o Art. 12 da instrução CVM 167, de 17/12/91. Os efeitos dos referidos ajustes são a seguir demonstrados:

a) CONTROLADORA (31/12/90)

DESCRIÇÃO	(Em milhares de cruzeiros)		CORREÇÃO INTEGRAL COM EFEITOS LEI 8.200/91
	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
	SEM EFEITOS LEI 8.200/91	COM EFEITOS LEI 8.200/91	
Resultado (LLE)	115.015.874	225.595.476	1.301.289.800
Patrimônio Líquido	947.445.388	1.924.782.074	11.102.613.079
Permanente	890.267.928	1.867.604.614	10.772.799.524

Na NOTA 21 estão apresentados os valores e as respectivas rubricas que causaram os efeitos no Patrimônio Líquido e no Resultado de 1991 pela aplicação das disposições da Lei 8.200/91.

b) CONSOLIDADO (31/12/90)

DESCRIÇÃO	(Em milhares de cruzeiros)		CORREÇÃO INTEGRAL COM EFEITOS LEI 8.200/91
	LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA		
	SEM EFEITOS LEI 8.200/91	COM EFEITOS LEI 8.200/91	
Resultado (LLE) antes dos minoritários	112.057.161	213.769.319	1.233.073.644
Patrimônio Líquido com minoritários	1.095.031.873	2.268.891.445	13.087.519.975
Exigível a Longo Prazo	10.253.318	527.508.838	3.042.799.812
Permanente	1.411.670.565	2.995.831.536	17.280.687.955

3 - RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Classificação de ativos realizáveis e passivos exigíveis

É utilizado o prazo de 360 dias para distinção entre o circulante e o longo prazo.

b) Aplicação com liquidez imediata

É demonstrada ao custo, acrescida dos rendimentos auferidos até a data do balanço, não excedendo ao valor de mercado.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É constituída sobre o saldo dos créditos operacionais, sendo seu valor estimado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização de contas a receber.

d) Almojarifado de consumo

Os materiais em almojarifado são demonstrados ao custo médio de aquisição, o qual não excede ao custo de reposição ou valor de realização.

e) Investimentos

Os investimentos relevantes ou influentes decorrentes de participações societárias em controladas são corrigidos monetariamente e ajustados pelo método de equivalência patrimonial. Os outros investimentos são registrados pelo custo de aquisição, menos provisões para perdas prováveis, quando for o caso, corrigidos monetariamente.

f) Imobilizado

O valor do imobilizado é registrado pelo custo de aquisição e/ou construção, menos depreciação acumulada, corrigidos monetariamente, até a data de encerramento do exercício. Os gastos com a manutenção e reparo são contabilizados quando incorridos. Os que representam melhorias são capitalizados, enquanto os demais são debitados ao resultado respeitando-se o regime de competência. Os materiais em estoque vinculados à obras estão apresentados juntamente com o saldo de bens e instalações em andamento. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e de conformidade com as normas do Serviço Público de Telecomunicações. As principais taxas aplicadas estão divulgadas na Nota 6.

g) Diferido

- Juros sobre obras em andamento

De acordo com a legislação em vigor, mensalmente, deverão ser imputados juros de 12%a.a. sobre os capitais próprios que estão financiando as obras em andamento. Esses juros são ativados em contrapartida à conta de reserva de capital, para amortização num prazo de 10 anos, a contar da data de entrada da obra em operação.

- Despesas financeiras

Os juros pagos ou incorridos correspondentes aos financiamentos de terceiros, relacionados com as obras em andamento, também são diferidos para amortização linear, no prazo de 10 anos.

h) Gastos com pesquisa e desenvolvimento

A partir de 1989 os gastos com pesquisa e desenvolvimento de processos e produtos científico-tecnológicos do centro de pesquisa da TELEBRÁS, são debitados ao resultado do exercício, tendo em vista ser uma atividade permanente do Centro e pelo alto grau de obsolescência tecnológica dos processos e produtos obtidos, cujos benefícios retornam de forma indireta e de difícil mensuração das receitas e despesas correspondentes. E em 1991, pelas razões expostas, o saldo remanescente desses gastos no Ativo Diferido, foi baixado, para despesas, objetivando melhor atender aos fundamentos contábeis.

i) Tributos

As provisões para o imposto de renda e para a contribuição social são registradas pelo regime de competência. A parcela do imposto relativa às inclusões e exclusões ao lucro contábil, que é devido ou compensável em exercícios futuros, é diferido.

O ILL - Imposto de Renda de Fonte sobre o Lucro Líquido é registrado contra a conta de lucros acumulados. O AIR estadual é registrado pelo regime de competência.

j) Empréstimos e Financiamentos

São atualizados pelas variações monetárias (e ou variações cambiais) e juros incorridos até a data do balanço.

k) Provisão para contingências

Constituída no exercício para atender perdas decorrentes de ações trabalhistas, decorrentes dos planos Bresser e Verão.

l) Reserva de lucros a realizar

Corresponde aos resultados apurados e ainda não realizados, provenientes dos acréscimos nos investimentos em controladas contabilizados pelo método do equivalência patrimonial e saldo credor de correção monetária do balanço. O valor realizado decorrente de depreciações, amortizações, recebimento de dividendos e baixas do ativo permanente é transferido para a conta de lucros acumulados.

m) Contribuição para Expansão

A contribuição para expansão correspondente à participação financeira de promitentes assinantes, é regulamentada pelas Portarias 1361/76, 232/85, 881/90 e 86/91 do atual Ministério da Infra-Estrutura. Essas participações podem ser pagas à vista ou a prazo. No caso de pagamento a prazo dos planos de expansão regidos pelas Portarias 1361/76 e 232/85, a diferença entre o valor à vista e o valor recebido a prazo constitui-se em receita das empresas e é classificada como receita não operacional, sob o título de "participações financeiras de promitentes assinantes". Para os novos planos de expansão regidos pelas Portarias 881/90 e 86/91, os juros recebidos de contratos a prazo são transferidos à TELEBRÁS. O valor da participação financeira arrecadada dos promitentes assinantes, tem a seguinte destinação:

- 80% são capitalizados pela controlada em nome da TELEBRÁS, tomando por base o valor patrimonial de sua ação, apurado no fim do exercício social, anterior àquele em que ocorrer a capitalização. Essa parcela é apresentada no balanço como recursos capitalizáveis;

- 20% são remetidos para a TELEBRÁS, no mês seguinte à arrecadação. A parcela não remetida é apresentada nos balanços das empresas como passivo circulante na conta Obrigações com empresas do Sistema TELEBRÁS.

Os percentuais acima não se aplicam aos contratos regidos pela Portaria 881/90 celebrados pela Companhia Telefônica Melhoramentos e Resistência - CTMR, que capitaliza 68% em nome da TELEBRÁS e remete os 20% mais 12% (total de 32%) à TELEBRÁS.

A TELEBRÁS por sua vez, capitaliza o valor do principal (preço à vista) para os contratos regidos pelas Portarias 1361/76 e 232/85, em nome dos promitentes assinantes tomando por base o valor patrimonial de sua ação apurado no fim do exercício social anterior àquele em que ocorrer a capitalização. Para os contratos integralizados regidos pelas Portarias 881/90 e 86/91, o valor recebido, exceto juros, corrigidos monetariamente do mês dos respectivos recebimentos até o mês do primeiro balanço elaborado e auditado, serão capitalizados em nome dos promitentes assinantes pela TELEBRÁS, com base no valor patrimonial apurado neste mesmo balanço.

n) Mudanças de Práticas Contábeis

Neste exercício, a companhia passou a adotar o critério contábil de reconhecer as parcelas a recuperar da contribuição social e do imposto de renda sobre as provisões para contingências. As parcelas a recuperar estão registradas no realizável a longo prazo.

4 - TRANSAÇÕES COM EMPRESAS DO SISTEMA TELEBRÁS

As demonstrações contábeis da Controladora incluem os saldos decorrentes de transações com empresas controladas e coligada, conforme segue:

a) Valores a receber

(Em milhares de cruzeiros)

	Correção Integral e Legislação societária	Correção integral
	1991	1990
Repasso de empréstimos e financiamentos e respectivos encargos	38.042.403	66.521.613
Dividendos a receber	55.750.921	111.312.335
Aplicações capitalizáveis	289.532.120	83.735.796
Recursos de debêntures repassados	220.665.438	315.387.198
Recursos de Eurobonds repassados	325.516.400	-
Empréstimos concedidos	679.683.885	480.734.351
Outros	649.389	5.788.479
TOTAL	1.609.840.556	1.063.479.772
Parcela a curto prazo	868.432.856	620.900.182
Parcela a longo prazo	741.407.700	442.579.590

A controladora é remunerada pelos repasses, a uma taxa de 0,0625% a 0,5% a.a. sobre os saldos devedores além do ressarcimento dos encargos incorridos, exceto no caso dos repasses das fibras óticas importadas da Philips Export (Holanda) sobre as quais houve uma taxa de administração (flat) de 25%.

b) Valores a pagar

(Em milhares de cruzeiros)

	Correção Integral e Legislação societária	Correção integral
	1991	1990
Materiais e serviços	355.619	
Empréstimos repassados		35.571.545
Outros	<u>35.121</u>	<u>640.691</u>
TOTAL	<u>390.740</u>	<u>36.212.236</u>
Parcela a curto prazo	390.740	26.594.248
Parcela a longo prazo	-	9.617.988

Outros valores a receber e pagar decorrem, principalmente de despesas efetuadas correspondentes a serviços técnicos prestados entre empresas do Sistema Telebrás (ESTB), vencíveis a prazos inferiores a 30 dias.

5 - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS EM CONTROLADAS

Em 31/12/1991 e 1990 a preços de 31/12/91, os investimentos da controladora eram os seguintes:

(Em milhares de cruzeiros)

	Correção Integral e Legislação societária	Correção integral (Ajustado Lei 8.200/91)
	1991	1990
Controladas:		
Empresas auditadas por nossos auditores independentes (1)	4.157.774.338	3.629.126.229
Empresas auditadas por outros auditores independentes	6.578.441.315	5.758.988.101
Outros Investimentos	<u>69.573.542</u>	<u>69.541.337</u>
TOTAL	<u>10.805.789.195</u>	<u>9.457.655.667</u>

(1) Walter Heuer Auditores independentes

Os detalhes dos investimentos em controladas estão apresentados no quadro anexo às Notas Explicativas

6 - BENS E INSTALAÇÕES EM SERVIÇO

As principais contas e as respectivas taxas de depreciação, são as seguintes:

GRUPOS DE CONTAS	TAXA ANUAL DEPRECIÇÃO %
Equipamentos de comutação automáticos	7,69
Equip. de transmissão, cabos aéreos, subterrâneos, de prédios, telexpressoras, central privada de comutação telefônica automática, equipamento de energia e mobiliários	10,00
Cabo enterrado, postes e torres	5,00
Cabo submerso	6,67
Aparelho telefônico e equipamento de comutação manual e cabines	12,50
Equipamento de computação	20,00
Prédios e canalização subterrânea	4,00
Veículos	20,00
Terrenos	-
Outros	-

Na controladora as principais contas que compõe Bens e Instalações em Serviço são as seguintes:

(Em milhares de cruzeiros)

GRUPOS DE CONTAS	Correção Integral e Legislação societária	Taxa anual de depreciação
	1991	%
Mobiliário	6.917.926	10,00
Equipamento computação	38.359.506	20,00
Máquinas e Ferram. de reparo e Const.	6.041.765	10,00
Apar. e Instr. de Medição e Testes	39.788.181	10,00
Outros Equipamentos de Uso Comum	9.638.037	10,00
Prédios	114.715.187	4,00
Veículos	1.315.103	20,00
Terrenos	7.138.595	-
Outros	<u>12.544.981</u>	-
TOTAL DE BENS E INSTALAÇÕES EM SERVIÇO	<u>236.449.281</u>	-

7 - IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

(Em milhares de cruzeiros)

CONTROLADORA	Correção Integral e legislação societária	Correção integral
	1991	1990
Contribuição social	-	3.735.751
PASEP	383.704	-
Outros	15.427	1.218.582
TOTAL GERAL	399.131	4.954.333
Parcela de curto prazo	<u>399.131</u>	<u>4.954.333</u>

8 - DEBÊNTURES

As debêntures foram emitidas em 2 (duas) etapas, sendo ambas nominativas e com prazo final de 10 (dez) anos. A 1ª emissão foi efetuada em 01.10.88 (registrada na CVM sob o nº SEP/GER/DCA.88/011 de 01.12.88) e a 2ª emissão em 01.09.89 (registrada na CVM sob o nº SEP/GER/DCA.89/010 de 21.11.89).

O saldo contábil engloba os valores do principal, correção monetária, juros e prêmios. Está composto como segue:

(Em milhares de cruzeiros)

Debêntures	Em 31.12.91		Em 31.12.90	
	1ª emissão	2ª emissão	1ª emissão	2ª emissão
Em circulação	201.872.310	17.752.175	236.369.093	62.403.398
Total	<u>219.624.485</u>		<u>298.772.491</u>	

Direitos assegurados:

Correção monetária de acordo com a Taxa Referencial Diária (TRD);

- Juros flutuantes ("ANDIB" + 9%a.a.);

- Conversão em ações preferenciais nominativas;

- Venda das debêntures à Companhia, no encerramento de cada período de juros;

- Prêmio a ser estabelecido em cada período de juros, de forma a adequar a rentabilidade dos títulos às condições de mercado da época da recapturação:

- Garantia flutuante conforme Artigo 58, Parágrafo 1º da Lei 6404/76.

O produto da capturação das debêntures foi totalmente repassado às empresas do STB, para aplicação nos projetos de expansão e modernização dos sistemas de telecomunicações. Os encargos correspondentes também são repassados nas mesmas condições da remuneração dos debenturistas.

9 - TÍTULOS DE RENDA - EUROBONDS

Os Eurobonds foram lançados em 2 (duas) emissões.

A primeira emissão através da Merrill Lynch & Co., foi efetuada em 16.10.91, no valor de US\$ 200.000 mil com vencimento em 5 anos, com 2 anos de carência, pagáveis em 7 parcelas semestrais. O valor é atualizado pela variação cambial e juros de 10% a.a. Os juros simples serão pagos semestralmente.

A segunda emissão através da Salomon Brothers, foi efetuada em 16.12.91, no valor de US\$ 100.000 mil com vencimento em 2 anos em uma única parcela, podendo ser antecipado para dezembro/92, à opção do investidor. O valor é atualizado pela variação cambial e juros de 10% a.a.

Os juros simples serão pagos semestralmente.

O saldo contábil engloba os valores do principal, variação cambial e juros. Está composto como segue:

(Em milhares de cruzeiros)

Vencimento	Correção integral e Legis. Societária
1992	111.756.400 (*)
1993	61.074.286
1994	61.074.286
1995	61.074.286
1996 em diante	<u>30.537.142</u>
TOTAL	<u>325.516.400</u>
Parcela a curto Prazo	111.756.400 (*)
Parcela a longo Prazo	213.760.000

(*) referem-se à operação de Salomon Brothers

O produto da capturação dos Eurobonds foi também totalmente repassado às empresas do STB, para aplicação na expansão e modernização dos Sistemas de Telecomunicações. Os encargos foram repassados nas mesmas condições da remuneração dos Eurobonds.

10 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Em 31/12/1991 e 1990 a preço de 31/12/91, apresentavam as seguintes posições:

a) CONTROLADORA (Moeda estrangeira)

(Em milhares de cruzeiros)

	Correção Integral e legislação societária	Correção integral
	1991	1990
Instituições financeiras		
Vencimento		
1991	-	7.190.362
1992	22.168.762	13.527.007
1993	13.647.724	10.648.602
1994	634.940	614.896
1995	503.361	502.277
1996 em diante	1.942.592	1.938.328
Fornecedores		
Vencimento		
1991	-	814.404
1992	967.295	1.093.395
1993	1.243.589	1.093.395
1994	<u>1.243.589</u>	<u>1.093.395</u>
TOTAL GERAL	<u>42.351.852</u>	<u>38.516.061</u>
Parcela a curto prazo	23.136.057	8.004.766
Parcela a longo prazo	19.215.795	30.511.295

b) CONSOLIDADO

	MOEDA NACIONAL		MOEDA ESTRANGEIRA	
	Correção integral legislação societária	Correção integral	Correção integral e legislação societária	Correção integral
	1991	1990	1991	1990
1991	-	53.148.960	-	84.053.668
1992	40.804.752	7.800.991	80.624.290	72.427.722
1993	30.508.859	689.432	75.019.420	55.518.555
1994	42.840.231	756.482	39.848.917	33.695.556
1995 em diante	<u>59.318.697</u>	<u>3.862.013</u>	<u>121.230.058</u>	<u>61.628.815</u>
TOTAL GERAL	<u>173.472.539</u>	<u>66.257.878</u>	<u>316.722.685</u>	<u>307.324.316</u>
Parcela a curto prazo	40.804.752	53.148.960	80.624.290	84.053.668
Parcela a longo prazo	132.667.787	13.108.918	236.098.395	223.270.648

11 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS TRABALHISTAS

Foram constituídas no exercício para atender, basicamente, as perdas decorrentes dos Planos Bresser e Verão.

Cada empresa do Sistema Telebrás procedeu de acordo com a mesma prática de reconhecer a probabilidade de perda decorrente dos aludidos planos, mediante o provisionamento dos respectivos valores, após avaliar a situação de cada processo.

Entretanto, do montante da provisão, algumas empresas firmaram acordo junto aos seus empregados, apresentando em 31/12/91, a seguinte posição:

(Em milhares de cruzeiros)

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Provisão para Contingências Trabalhistas	23.284.523	185.888.866
Contingências Trabalhistas (Pagas ou Acordadas)	-	<u>230.223.580</u>
TOTAL	<u>23.284.523</u>	<u>416.112.446</u>

12 - CAPITAL SOCIAL

O capital autorizado em 31/12/1991 é de Cr\$ 2.200.000.000 mil, (Cr\$ 46.000.000 mil em 1990). O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 1991, compõe-se de 241.398.610 mil ações (143.202.110 mil ações em 1990), sem valor nominal, assim distribuídas:

(Em milhares de ações)

	1991	1990
Ações Ordinárias	85.219.705	66.971.316
Ações Preferenciais	<u>156.178.905</u>	<u>76.230.794</u>
TOTAL	<u>241.398.610</u>	<u>143.202.110</u>

As ações preferenciais não tem direito a voto, sendo a elas asseguradas prioridade de reembolso do capital e no pagamento de dividendos não cumulativos de 6% a .a. sobre o valor do capital. Em 31/12/1991, o Valor Patrimonial de cada Ação é de Cr\$ 47,914892 (Cr\$ 6.616141 em 1990).

13 - CONCILIAÇÃO ENTRE O LUCRO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E O CONSOLIDADO

Em 31/12/1991, a conciliação entre o lucro líquido da controlada e o consolidado, era a seguinte:

(Em milhares de cruzeiros)

	1991
Lucro Líquido da Controladora	130.153.378
Juros durante a construção e Doações	<u>(295.319.209)</u>
Lucro Líquido Consolidado	<u>(165.165.831)</u>

Os juros durante a construção e doações são acréscimos patrimoniais registrados diretamente em reservas de capital nas empresas controladas, que representam receita de equivalência patrimonial, na controladora.

14 - DIVIDENDOS

Em cumprimento ao disposto no artigo 65 do Estatuto Social da Companhia, a Administração propõe a distribuição da quantia de Cr\$ 22.571.741 mil (Cr\$ 14.129.003 mil em 1990 a preço de 31/12/91) para pagamento de dividendos aos possuidores de ações preferenciais e de Cr\$ 12.497.924 mil (Cr\$14.778.524 mil em 1990 a preço de 31/12/91) aos possuidores de ações ordinárias. A proposta está sujeita a aprovação da Assembléia Geral Ordinária. O montante do dividendos por ação foi calculado "pro-rata-temporis". Sendo que o valor do dividendo integral é de Cr\$ 0,1466 por ação (Cr\$ 0,2207 em 1990 a preço de 31/12/91). O lucro líquido ajustado, que serviu de base para o cálculo dos dividendos, está assim constituído:

(Em milhares de cruzeiros)

	Correção Integral e legislação societária	Correção integral
	1991	1990
Lucro líquido do exercício	130.153.378	663.439.649
Reversão reserva lucros a realizar	140.278.661	115.630.112
Destinação: reserva legal	(6.507.669)	(33.171.982)
Destinação: reserva lucros a realizar	(123.645.709)	(630.267.667)
Lucro líquido ajustado	<u>140.278.661</u>	<u>115.630.112</u>
Dividendos - 25% L.L. ajustado	<u>35.069.665</u>	<u>28.907.527</u>

15 - LUCROS ACUMULADOS

O saldo remanescente do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei 6404/76, no montante de Cr\$ 105.208.996 mil (Cr\$ 86.722.585 mil em 1990 a preço de 31/12/91), está compondo o saldo da conta lucros acumulados, que será utilizado para futuro aumento de capital, visando sua aplicação na modernização e expansão do sistema de telecomunicações.

16 - GANHOS LÍQUIDOS NOS ITENS MONETÁRIOS NÃO REMUNERADOS (CORREÇÃO INTEGRAL)

Os ganhos (perdas) nos itens monetários não remunerados foram distribuídos pelas respectivas contas de resultado a que se vinculam. O valor líquido apurado antes da distribuição está assim composto:

(Em milhares de cruzeiros)

Origens dos Ganhos (Perdas)	1991	1990
Caixas e bancos	(5.314.981)	(2.049.670)
Transações c/ ESTB	(60.103.452)	(29.624.334)
Valores a recuperar	(7.726.252)	(8.135.434)
Outras contas do ativo	503.438	65.631
Pessoal, encargos, benefício social	9.292.147	5.267.617
Fornecedores de materiais/serviços	3.813.051	2.702.984
Impostos, taxas e contribuições	1.576.511	1.113.810
Participações nos Resultados	15.972.955	4.982.821
Consignação a favor de terceiros	1.547.733	807.283
Outras contas do passivo	(6.728.734)	(13.273.464)
TOTAL	<u>(47.167.584)</u>	<u>(38.142.756)</u>

Valor líquido apurado foi ajustado como segue:

(Em milhares de cruzeiros)

Ajustes no Resultado	1991	1990
Despesas gerais e administrativas	14.681.709	9.084.411
Outras despesas/receita operacionais	(61.849.293)	(47.227.167)
TOTAL	<u>(47.167.584)</u>	<u>(38.142.756)</u>

17 - FUNDAÇÃO DE SEGURIDADE SOCIAL

As empresas controladas e a Telecomunicações Brasileiras S.A.-TELEBRÁS são patrocinadoras de fundações de seguridade social, que tem por objetivos principais a complementação de aposentadoria e o amparo social dos empregados do Sistema TELEBRÁS. A preço de 31/12/91, a TELEBRÁS contribui a favor da Fundação TELEBRÁS de Seguridade Social - Sistel e a TELOS - Fundação Embratel de Seguridade Social como segue:

(Em milhares de cruzeiros)

	1991	1990
SISTEL	3.847.821	2.543.945
TELOS	<u>34.581</u>	<u>22.162</u>
TOTAL	<u>3.882.402</u>	<u>2.566.107</u>

No caso da SISTEL, o regime atual de determinação de custeio é o de capitalização. Não existem outras obrigações calculadas, a não ser aquela já considerada na taxa normal de contribuição. Do ponto de vista patrimonial a SISTEL não apresentou insuficiência de recursos na data de 31.12.91. A última avaliação atuarial aprovada ocorreu em 01/03/91. A relação patrocinadora/participante está consubstanciada nos seguintes parâmetros.

PATROCINADORA	PARTICIPANTE (SOMATÓRIO DE:)
14,793% sobre a folha de pagamento	a) de 0,5% a 1,5% sobre o salário de contribuição (de acordo com a idade do participante); b) 1% sobre o salário de contribuição que ultrapassar a metade do teto de contribuição para o INSS; c) 7% sobre o valor que ultrapassar o teto de contribuição para o INSS.

18 - REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES E EMPREGADOS

As remunerações pagas aos Administradores e empregados, no mês de dezembro, foram: Administradores - Maior - Cr\$ 5.517 mil, menor - Cr\$ 2.990 mil; Empregados - Maior - Cr\$ 4.709 mil, menor - Cr\$ 303 mil e médio (sem as vantagens e gratificações de funções) - Cr\$ 1.330 mil. Nos valores citados estão considerados o reajuste decorrente do acordo coletivo de trabalho, vigente a partir de 01/12/1991.

19 - REMUNERAÇÃO DO INVESTIMENTO

Segundo o Código Brasileiro de Telecomunicações, as tarifas são estabelecidas pelo poder público, com base no conceito de serviços ao custo acrescido de justa remuneração. Entende-se que a justa remuneração seria o equivalente a 12%a.a. sobre o investimento remunerável, apurado conforme disposições da Resolução 43/66 da Secretaria Executiva do Ministério da Infra-Estrutura com a redação dada pela Portaria 1381/78, do Senhor Ministro de Estado da Infra-Estrutura. Tais disposições determinam que anualmente seja apurado o excesso ou insuficiência de resultado decorrente de tarifas em vigor. A remuneração média das empresas controladas em 1991, correspondeu a 3,40% negativos contra 9,65% em 1990 dos investimentos remuneráveis.

A insuficiência tarifária em 31/12/91, que poderá ser recuperada em exercícios subsequentes, é a seguinte:

	(Em milhares de cruzeiros)	
	1991	1990
Acumulado Início Exercício	(440.122.928)	(40.977.283)
Ajuste Exercícios Anteriores	(49.524.491)	(16.037.368)
CM da Insuficiência Acumulada Ajustada	(2.334.758.476)	(357.491.323)
Insuficiência Tarifária no Exercício	<u>(2.216.058.022)</u>	<u>(25.616.954)</u>
Acumulada Final Exercício	<u>(5.040.463.917)</u>	<u>(440.122.928)</u>

20 - SEGUROS

A Companhia adota como política manter cobertura de seguros em montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros sobre seus ativos e ou responsabilidades. A preço de 31/12/91, as principais coberturas securitárias eram as seguintes:

a) Seguros a favor da Companhia:

MODALIDADE	Tipo de Ativo	(Em milhares de cruzeiros)	
		Importância Segurada	
		1991	1990
Incêndio	Imobilizado/Circulante	35.424.788	41.979.412
Transporte	Imobilizado/Circulante	11.046.048	11.046.048
Outros (Riscos diversos)	Imobilizado/Circulante	<u>218.911</u>	<u>3.034.984</u>
TOTAL		<u>46.689.747</u>	<u>56.060.444</u>

21 - REFLEXOS DA LEI 8.200/91

Em 28/06/91 foi editada a Lei 8.200/91 que trata de correção monetária especial do Ativo Permanente e da correção monetária do balanço de 1990 pela defasagem do IPC x BTNF naquele ano. A aplicação das disposições da legislação motivou os seguintes reflexos no patrimônio e no resultado de 1991.

	Cr\$ mil de 31.12.90
- CM DEFASAGEM IPC x BTNF	
CM do Ativo Permanente	671.672.282
CM do Patrimônio Líquido	724.647.435
Ajuste Líq. na Conta Lucros (prej.) Acum.	(52.975.153)
CM - Defasagem - Controladas - Ativo	163.554.755
CM - Defasagem - Controladas - Patrim. Líq.	163.554.755
- CM MONETÁRIA ESPECIAL	Cr\$ mil de de 31.12.91
CM do Ativo Permanente	7.891.448
CM Especial - Controladas - Ativo Perm.	240.969.074
Parcela Líq. Reg. Reserva de Capital	248.860.522
- REFLEXOS NO RESULTADO	Cr\$ mil
Depreciações/Amortizações/Baixas	4.506.752
CM Depreciações/Amortizações/Baixas	<u>4.935.848</u>
TOTAL	<u>9.442.600</u>

22 - FATO RELEVANTE

a) Aumento de Capital Impugnado

Em 13 de fevereiro de 1991, a Juíza da 4ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, julgou extinto o processo, cassando a liminar que impugnou o aumento de capital deliberado pelo Conselho de Administração, em 07.06.90, no montante de Cr\$ 44.742.135 mil, representando a emissão de 35.833.924.645 ações preferenciais nominativas, que está registrado na conta "outros recursos capitalizáveis", em moeda de 31 de dezembro de 1991. Entretanto, a Juíza revogou, a sua decisão anterior, conforme publicado no "Diário da Justiça", de 05 de março de 1991. O processo encontra-se em fase de perícia.

23 - EVENTOS SUBSEQÜENTES

a) Aumento do Capital Social

Em Reunião Extraordinária realizada em 27.02.92, o Conselho de Administração homologou o aumento do capital social para Cr\$ 1,0 trilhão mediante a incorporação de Cr\$ 313,3 bilhões de créditos da União Federal e de Cr\$ 100,3 bilhões de subscrições decorrentes do exercício do direito de preferência, com emissão de ações ordinárias, e para Cr\$ 1,1 trilhão mediante a capitalização de créditos decorrentes de conversão de debêntures, no valor de Cr\$ 116,1 bilhões com emissão de ações preferenciais. Essas conversões em ações de 97.978 debêntures da primeira emissão e de 9.132 da segunda emissão realizadas até 20.02.92, perfazendo 52,8% do total da dívida com debêntures em 31/12/91, reduziram substancialmente esse exigível da Companhia.

b) Conversões de Debêntures em Ações

No período de 21.02.92 a 18.03.92 foram solicitadas conversões pelos debenturistas de mais 4.920 debêntures em ações, no valor de Cr\$ 6,7 bilhões, ainda não capitalizadas.

PARTICIPAÇÃO EM EMPRESAS CONTROLADAS ANEXO ÀS NOTAS EXPLICATIVAS
31 de dezembro de 1991 e 1990
(em milhares de cruzeiros)

Empresas	Capital social	Patrimônio líquido	Valor Patrimonial da ação Cr\$	Lucro líquido do exercício	Quantidade de ações possuídas (mil)		Percentual de Participação	Ganho (perda) decorrente da equivalência patrimonial em 1991		Valor patrimonial dos investimentos	
					ordinárias	preferenciais		operacional	não operacional	em 1991	em 1990 (*)
a) Empresas auditadas por nossos auditores independentes:											
TELAMAZON	7.110.741	126.286.900	195,836012	(17.215.030)	234.092	303.837	83,4180%	(9.053.626)	95.468	105.346.006	105.709.138
TELAIMA	1.124.491	15.066.291	41,092256	(58.194)	116.065	221.939	92,1880%	(3.324)	49.762	13.889.312	12.687.643
TELEPARÁ	7.585.436	157.964.753	104,962906	1.227.546	414.050	765.267	78,3621%	4.354.606	(144.349)	123.784.498	112.938.658
TELEMAPÁ	1.086.505	18.058.884	33,535075	(496.250)	170.299	331.543	93,1913%	93.550	35.087	16.829.309	15.130.684
TELECEARÁ	11.245.053	229.832.724	141,133036	(1.381.795)	453.601	757.289	74,3569%	3.041.137	4.312.829	170.896.489	145.663.020
TELERN	3.839.332	83.707.116	110,678036	(2.820.359)	230.005	340.376	75,4161%	(489.472)	316.370	63.128.642	57.616.996
TELPA	4.936.875	92.843.919	95,037994	(4.050.583)	327.004	383.855	72,7657%	(383.201)	470.023	67.558.528	63.154.032
TELPE	15.487.010	268.569.343	47,755844	(7.035.294)	1.812.212	3.266.730	90,3116%	3.524.342	1.113.450	242.549.271	209.290.729
TELASA	3.980.007	88.297.853	26,773430	871.409	1.065.463	2.067.703	95,0030%	2.506.649	45.954	83.885.609	66.028.056
TELEBAHIA (1)	23.624.127	480.705.404	92,129725	(103.786.043)	1.673.147	3.208.125	93,5522%	(91.741.855)	1.262.992	449.710.481	470.672.888
TELEMIG	35.203.249	658.199.929	37,838470	(31.012.162)	6.870.138	9.044.505	91,4898%	(14.490.175)	(2.105.245)	602.185.799	540.608.365
TELERJ (2)	92.754.210	1.442.694.164	70,564834	(49.243.137)	9.150.011	8.274.939	85,2286%	(1.169.036)	4.806.007	1.229.588.038	1.098.639.317
TELEBRASÍLIA	15.371.845	326.887.236	217,482831	8.975.303	609.480	593.536	80,0384%	13.886.272	1.530.270	261.635.314	226.617.483
TELEPAR	31.991.002	<u>959.468.772</u>	364,080153	<u>(35.858.322)</u>	<u>1.077.609</u>	<u>918.620</u>	75,7489%	<u>(9.696.639)</u>	<u>5.214.157</u>	<u>726.787.042</u>	<u>504.369.220</u>
SUBTOTAL	-	<u>4.948.583.288</u>	-	<u>(241.882.911)</u>	<u>24.203.176</u>	<u>30.478.264</u>	-	<u>(99.620.772)</u>	<u>17.002.775</u>	<u>4.157.774.338</u>	<u>3.629.126.229</u>
b) Empresas auditadas por outros auditores independentes:											
TELERON	3.711.520	84.568.416	139,923866	(3.159.345)	192.937	369.560	93,0687%	756.902	(23.879)	78.706.725	72.704.565
TELEACRE	1.586.072	21.586.733	24,080500	(37.647)	303.020	562.266	96,5246%	181.734	(60.168)	20.836.508	19.340.907
TELMA (5)	6.417.860	123.543.534	58,522512	(3.288.846)	538.146	1.008.333	73,2566%	(780.444)	681.149	90.503.792	85.539.556
TELEPISA (5)	4.755.049	71.825.259	53,008156	(4.175.631)	381.844	756.155	83,9861%	(2.978.660)	120.184	60.323.234	56.331.945
TELERGIPE	3.936.661	6.673.034	85,954401	(3.965.153)	205.416	416.478	80,0541%	(1.519.412)	329.336	53.454.552	50.425.409
TELEST (5)	9.386.792	162.009.603	104,488469	(12.827.057)	610.065	842.812	93,7036%	(6.839.311)	143.207	151.808.830	148.223.413
TELESP (3)	164.941.619	3.912.336.031	265,514197	(13.742.623)	7.237.042	3.799.576	74,9010%	76.891.707	11.068.075	2.930.378.810	2.580.082.719
CTBC (4)	13.498.157	357.337.226	227,763768	2.395.321	109.835	220.260	21,0400%	2.669.995	3.480.098	75.183.752	61.891.880
TELEGOIÁS	10.930.953	220.099.881	72,985593	(27.397)	994.636	1.828.767	93,6246%	3.550.776	493.747	206.067.633	183.809.402
TELEMS	7.737.317	156.898.683	167,039491	(2.784.177)	329.332	577.431	96,5369%	914.722	177.351	151.465.125	135.893.988
TELESC	15.664.176	333.655.432	180,654357	6.276.396	762.328	888.087	89,3601%	20.570.877	2.221.450	298.154.828	250.038.212
CTMR	1.496.046	33.234.239	245,137519	(899.767)	64.646	48.167	83,2119%	(196.708)	440.891	27.654.842	24.398.521
EMBRATEL	72.000.000	2.553.033.330	540,456758	163.871.798	4.308.267	-	91,2026%	190.470.234	1	2.328.432.776	2.007.534.354
TELEMAT	6.833.848	<u>111.280.532</u>	247,791829	<u>10.429.868</u>	<u>183.675</u>	<u>241.964</u>	94,7784%	<u>15.566.519</u>	<u>44.770</u>	<u>105.469.908</u>	<u>82.773.230</u>
SUBTOTAL	-	<u>8.208.181.933</u>	-	<u>138.065.740</u>	<u>16.221.189</u>	<u>11.559.856</u>	-	<u>299.258.931</u>	<u>19.116.212</u>	<u>6.578.441.315</u>	<u>5.758.988.101</u>
TOTAL GERAL	-	<u>13.156.765.221</u>	-	<u>(103.817.171)</u>	<u>40.424.365</u>	<u>42.038.120</u>	-	<u>199.638.159</u>	<u>36.118.987</u>	<u>10.736.215.653</u>	<u>9.388.114.330</u>

c) Valor de mercado das ações em 31 de dezembro de 1991 - Cr\$ (lote de mil)

(1) ON 3,76 (2) ON 34,01 (3) ON 119,63 (4) ON 54,00
 PN 51,65 PN 150,13 PN 62,71

d) Auditores de 1990

(5) empresas auditadas por nossos auditores independentes naquele exercício

* em moeda de 31.12.91

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Ao

Conselho de Administração e Acionistas da
Telecomunicações Brasileiras S.A. -TELEBRÁS

1. Examinamos o balanço patrimonial da Telecomunicações Brasileiras S.A. -TELEBRÁS (controladora) e o balanço patrimonial consolidado da Telecomunicações Brasileiras S.A. -TELEBRÁS e controladas, levantados em 31 de dezembro de 1991, apresentado nas versões "Correção Integral" e "Legislação Societária", e as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, respectivamente da controladora e consolidado, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Conforme mencionado na nota 5, as demonstrações contábeis de algumas empresas controladas, cujos investimentos foram avaliados pelo método de equivalência patrimonial e incluídas na consolidação, foram examinadas por outros auditores independentes. Sobre esses investimentos, de Cr\$ 6.578.441 milhões, foram apurados ganhos de capital, líquidos, de Cr\$ 318.375 milhões e um incremento no patrimônio líquido de Cr\$ 1.120.145 milhões, pela correção integral, provenientes das correções monetárias especial e complementar nessas controladas. Nosso parecer, no que se refere aos valores pertinentes a essas empresas, está baseado, exclusivamente, nos pareceres dos respectivos auditores independentes.

2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados, e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Com base em nosso exame e nos exames dos outros auditores independentes, somos de opinião que, as demonstrações contábeis referidas no primeiro parágrafo, denominadas "Correção Integral" e "Legislação Societária" representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Telecomunicações Brasileiras S.A.-TELEBRÁS e empresas controladas em 31 de dezembro de 1991, e o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido e as origens e aplicações de seus recursos, individual e consolidado correspondentes ao exercício findo naquela data, de acordo, respectivamente, com os princípios fundamentais de contabilidade e princípios emanados da legislação societária.

4. O balanço patrimonial e a mutação do patrimônio líquido referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 1990 da controladora e consolidado foram por nós examinados, conforme parecer, sem ressalvas, de 27 de março de 1991. As demonstrações contábeis de 1990 apresentadas para fins de comparação em correção integral, refletem, retroativamente os efeitos das correções monetárias complementar e especial introduzidas pela Lei 8.200/91.

Brasília-DF, 23 de março de 1992

WALTER HEUER AUDITORES INDEPENDENTES
CRC-RJ0012-S-DF

GILSON MIGUEL DE BESSA MENEZES
CONTADOR CRC-RJ017.511.3-S-DF

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Telecomunicações Brasileiras S.A. -TELEBRÁS, cumprindo o que determinam os itens II e VII do artigo 163 da Lei nº 6.404/76, e item VII do artigo 59 do Estatuto da Sociedade, examinou as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 1991 compreendendo: Balanços Patrimoniais, Demonstrações dos Resultados, Demonstrações das Mutações do patrimônio Líquido, Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos, complementadas por Notas Explicativas, bem como o Relatório Anual da Administração e a Proposta de Destinação do Resultado. No exame das referidas peças o Conselho Fiscal levou em consideração as análises realizadas nos balancetes, nas práticas adotadas para encerramento das demonstrações financeiras, nos principais procedimentos contábeis, na legislação específica pertinente e no parecer dos auditores independentes. O resultado desse trabalho conduz o Conselho Fiscal à opinião de que as Demonstrações Financeiras representam adequadamente a posição patrimonial e financeira da Telecomunicações Brasileiras S/A-TELEBRÁS, estando em condição de serem submetidas à final apreciação e aprovação da Assembléia Geral de Acionistas.

Brasília-DF, 24 de março de 1992

DENILTON DA SILVA TEIXEIRENSE
ADÉLIO RESENDE ARAÚJO
MERI OLÍVIO CHIODELLI
ALCIDES SOUZA AMARAL
CARLOS ALBERTO PEREIRA DA ROCHA